



**Observatório de
Políticas Educacionais
do Grande ABC**

NOTA TÉCNICA

**DEMANDA POTENCIAL E OFERTA DE VAGAS DE
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO GRANDE
ABC**

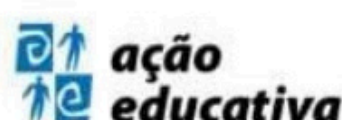
SANTO ANDRÉ / SÃO BERNARDO DO CAMPO – SP

FEVEREIRO DE 2026

Realização



Parceiros



FICHA TÉCNICA

PRODUÇÃO

Observatório de Políticas Educacionais do Grande ABC – OPEd

(<https://observatorio-educacao.ufabc.edu.br>)

ELABORAÇÃO DA NOTA

Adriana Pereira da Silva (Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo / OPEd)

Gabriel Pimentel Pomellitto (OPEd)

Maria Clara Di Pierro (FEUSP / OPEd)

Nívia Dantas Ribeiro Zanardo (Prefeitura Municipal de Santo André / OPEd)

Rafaela Lucia Miyake (OPEd)

Salomão Ximenes (FEUSP / PGPP-UFABC / OPEd)

Victória Luiza Fábio (UFABC / OPEd)

TRATAMENTO DOS DADOS

Gabriel Pimentel Pomellitto (OPEd)

Rafaela Lucia Miyake (OPEd)

PAINEL DA EJA NO GRANDE ABC

Gabriel Pimentel Pomellitto (OPEd)

CARTOGRAFIA

Rafaela Lucia Miyake (OPEd)

REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO

Clara Tavares Pereira (FEUSP/OPEd)

REVISÃO TÉCNICA

Salomão Ximenes (FEUSP / PGPP-UFABC / OPEd)

Maria Clara Di Pierro (FEUSP / OPEd)

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2023/10239-2, projeto “Observatório de Políticas Educacionais: planejamento regional e governança democrática para a qualidade da educação no Grande ABC”.

ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER CITADO COMO:

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO GRANDE ABC. Demanda potencial e oferta de vagas de educação de jovens e adultos (EJA) no Grande ABC [Nota Técnica]. Santo André; São Bernardo do Campo: Observatório de Políticas Educacionais do Grande ABC, fevereiro de 2026. 2025. Disponível em: <https://observatorio-educacao.ufabc.edu.br>

Resumo

Produto parcial da pesquisa “Observatório de Políticas Educacionais: planejamento regional e governança democrática para a qualidade da educação no Grande ABC”, desenvolvida no período 2024-2026 por uma rede interinstitucional coordenada pelo Consórcio Intermunicipal do Grande ABC e pela Universidade Federal do ABC, a Nota Técnica “Demanda potencial e oferta de vagas de educação de jovens e adultos (EJA) no Grande ABC” reúne e analisa estatísticas educacionais de demanda e oferta da educação básica de pessoas jovens, adultas e idosas do período 2014-2024, de modo a subsidiar a avaliação das Metas e Estratégias dos Planos Municipais, Regional, Estadual e Nacional de Educação (Lei 13.005/2014). A Nota é complementada por um painel de dados estatísticos, um conjunto de mapas e um anexo sobre a EJA nos Planos Municipais de Educação dos sete municípios que compõem a Região do Grande ABC, a saber: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. A demanda por EJA foi aferida com base nos dados do Censo Demográfico de 2022 disponibilizados até o momento pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e a oferta escolar teve como fonte os Censos Escolares organizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para o período compreendido pelos Planos (2014-2024). Constatou-se que, embora o analfabetismo absoluto seja residual (2,5%) e alcance cerca de 56 mil pessoas, a Região tem extensa demanda potencial por EJA, que soma cerca de 700 mil pessoas com 18 anos ou mais com educação básica incompleta e mais de 13 mil adolescentes de 15 a 17 anos que não frequentavam a escola. Entre os jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica, apenas 1,7% são atendidos pelo sistema escolar, que em 2024 registrou modestas 12 mil matrículas na modalidade EJA. Observou-se que os Planos Municipais de Educação (PMEs) reproduziram em grande medida as metas e estratégias relativas à EJA do Plano Nacional de Educação (PNE), agregando elementos relevantes das políticas públicas em desenvolvimento na Região à ocasião de sua elaboração. Contudo, constata-se que as estratégias indicadas nos PMEs pouco orientaram as políticas de EJA do decênio, que foram marcadas pela retração de matrículas, fechamento de turmas e encerramento da oferta em escolas estaduais e municipais, frustrando o alcance das metas.

Palavras chaves: Educação de Jovens e Adultos; Dados Educacionais; Planos Decenais de Educação; Região do Grande ABC

SUMÁRIO

CONTEXTUALIZAÇÃO

PAINEL DE DADOS DA EJA DO GRANDE ABC

1. DADOS POPULACIONAIS E EDUCACIONAIS DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS NO GRANDE ABC

1.1. População do Grande ABC

1.2. População não alfabetizada

1.3. Nível de instrução da população

a) Sem instrução e ensino fundamental incompleto

b) Ensino fundamental completo e ensino médio incompleto

2. A DEMANDA TOTAL POR EJA NO GRANDE ABC

3. OFERTA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS NO GRANDE ABC (2014 – 2024)

3.1. O comportamento da rede estadual de ensino

3.2. O comportamento das redes municipais de ensino

3.3. A participação das escolas privadas

4. SÍNTESE DA DEMANDA POTENCIAL NÃO ATENDIDA POR EJA NO GRANDE ABC

CONCLUSÕES

REFERÊNCIAS

ANEXO A – Distribuição espacial da variação de unidades escolares com oferecimento da Educação de Jovens e Adultos, por município

ANEXO B – A EJA nos Planos Municipais de Educação da região do Grande ABC

CONTEXTUALIZAÇÃO

A presente Nota Técnica é uma contribuição do Observatório de Políticas Educacionais do Grande ABC (OPEd) ao debate sobre a democratização do acesso à educação básica de qualidade (etapas de ensino fundamental e médio) por parte da população jovem, adulta e idosa com baixa escolaridade nos municípios do Grande ABC.

A redação e análise dos dados é resultado dos esforços de Grupos de Trabalho (GTs) do OPEd, nomeadamente GT Educação de Jovens e Adultos, GT Dados e GT Monitoramento e Avaliação. Os GTs do OPEd reúnem pesquisadores(as) com diferentes graus de experiência, educadores(as), gestores(as) e representantes de movimentos sociais e da sociedade civil com atuação no Grande ABC, com objetivos de aprofundar a análise de diferentes aspectos da política educacional e de colaborar na realização do direito à educação.

Isso considerado, a publicação da Nota Técnica “Demanda potencial e oferta de vagas de educação de jovens e adultos (EJA) no Grande ABC” é resultado de uma convergência conjuntural e institucional de 2 (dois) fatores principais:

- O esgotamento do **prazo para cumprimento das metas de EJA estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE)**, aprovado na Lei n. 13.005/2014 e prorrogado, até 31 de dezembro de 2025, na Lei n. 14.934/2024, expressamente: “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento)” (Meta 3); “elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE” (Meta 8); “(...) até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional” (Meta 9); e “oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional” (Meta 10);

- A recente **disponibilização dos primeiros dados do Censo Demográfico 2022**, que permitem aferir uma série de indicadores sociais e educacionais no nível local, não contemplados nas pesquisas amostrais e nas projeções populacionais, nomeadamente, os dados sobre população residente e escolaridade.

Adicionalmente, a proximidade do final da vigência do Plano Estadual de Educação de São Paulo, do Plano Regional de Educação do Grande ABC e dos planos de educação dos Municípios do Grande ABC oportunizam o fortalecimento de ações de diagnóstico sobre os avanços e entraves encontrados no processo de implementação.

Isso se torna ainda mais relevante no contexto das discussões em torno do futuro Plano Nacional de Educação (Projeto de Lei n. 2614/2024), aprovado na Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado Federal. A iminente aprovação do novo PNE abrirá prazo para que Estados e Municípios elaborem e aprovem seus respectivos planos, em consonância e de forma articulada com o PNE, com a participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil (Lei Complementar n. 220/2025).

Os sete municípios do Grande ABC (Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul) estão reunidos no Consórcio Intermunicipal do Grande ABC (CIGABC), contam com Fórum Regional de Educação (FRE) e o Plano Regional de Educação (PRE) 2016-2026. O PRE, além de ser o único plano regional aprovado no contexto de regulamentação do PNE 2014 - 2025, apresenta uma estrutura distinta dos demais planos, apoiada em cinco eixos: i) financiamento e monitoramento; ii) valorização dos profissionais da educação; iii) qualidade social da educação; iv) participação popular e gestão democrática; v) e formação dos profissionais da educação. É no âmbito das estratégias do PRE que se atribuiu à UFABC, em parceria com o CIGABC, a criação do Observatório.

Há um razoável acervo de produção acadêmica e documental atestando a histórica presença de políticas públicas municipais de EJA no Grande ABC, desde os anos 1980. Tal fato resultou na estruturação de serviços de alfabetização e de oferta de ensino fundamental (inclusive com integração à Educação Profissional de nível básico) nas redes municipais, enquanto a rede estadual manteve para si quase que exclusivamente a provisão da EJA na etapa do Ensino Médio e parte da oferta de EJA no Ensino Fundamental – Anos Finais (Almeida et al, 2007a, 2007b; Ancassuerd, 2009; Batistão (2025) e Di Pierro, 2017; Bronzate, 2008; Martins, 2014; Rodrigues, 2022; Rosa, 2011;

Santos, 2015; Silva, 2012; Souza, 1994; Zanardo, 2022). Também está documentada a destacada presença de movimentos sociais em defesa da modalidade, organizados em torno aos fóruns de educação e aos fóruns EJA (Gerbelli, 2022).

Trata-se, portanto, de avançar na compreensão e superação de um impasse. De um lado, como reconhece Marli Ancassuerd “trata-se de um conjunto de municípios em que a EJA foi incorporada à agenda regional de desenvolvimento sustentado” (2004, p. 7); mas também documentar que esse legado se encontra drasticamente ameaçado, conforme atesta a análise articulada dos dados Escolares (Censo Escolar), Populacional e de Escolaridade (Censo Demográfico).

A Região não escapa da tendência nacional de redução de matrículas, fechamento de turmas e escolas de EJA, em ritmo nada condizente com os avanços prescritos no PNE e nos planos locais de educação.

Painel de Dados da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Grande ABC

Para uma análise minuciosa da oferta e demanda de EJA em cada um dos municípios e no conjunto da Região do Grande ABC, foi elaborado um Painel de Dados inédito, o qual subsidia a análise presente na Nota Técnica “Demanda potencial e oferta de vagas de educação de jovens e adultos (EJA) no Grande ABC” e passa a ser disponibilizado publicamente em versão sujeita a permanentes aprimoramentos.

O painel é dividido em dados de oferta e dados de demanda. No primeiro caso, é possível analisar em série histórica a variação de matrículas, turmas e escolas de EJA por etapa (fundamental e médio) e rede de ensino (municipal, estadual e privada) entre 2014 e 2024. Já os dados de demanda permitem analisar a taxa de alfabetização, taxa de frequência escolar e nível de instrução da população em 2022, desagregada por faixa etária, sexo e raça.

O painel foi elaborado através do *software* R e utilizou os dados do Censo Escolar de 2014, 2020 e 2024, coletados e disponibilizados pelo INEP, e os dados do Censo Demográfico de 2022, coletados e disponibilizados pelo IBGE.

Acesse e consulte o Painel de Dados da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Grande ABC, clicando [aqui](#) ou escaneando o QR Code abaixo:



1. Dados populacionais e educacionais de jovens, adultos e idosos no Grande ABC

Esta seção da Nota Técnica analisa a demanda total por educação básica na população com 15 anos ou mais residente nos sete municípios do Grande ABC com base nos dados disponibilizados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022. Na próxima seção, tais dados serão confrontados com a oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) registrada no período de vigência do PNE 2014 – 2025, conforme os dados coletados no Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Antes de avançar na apresentação e descrição dos dados, contudo, são pertinentes duas observações conceituais e metodológicas.

Indicadores disponíveis

No artigo “Monitoramento do Plano Nacional de Educação no nível municipal: possibilidades e limites” (2025), resultado do trabalho do OPEd, os pesquisadores Rodrigo Travitzki e Salomão Ximenes e a pesquisadora Paula Rafaela Barbosa investigaram a viabilidade de cálculo de 35 indicadores decorrentes das metas do PNE no nível dos municípios, tendo como base o município de Diadema e os dados disponíveis sobre 2023.

Como resultado geral, identificaram que 54% dos indicadores de monitoramento do PNE avaliados utilizam dados disponíveis anualmente ou bienalmente, ou seja, viabilizam o monitoramento local do cumprimento. Enquanto isso, 31% dos indicadores avaliados dependem de indicadores calculáveis no nível local somente com os dados do Censo Demográfico, ou seja, idealmente a cada década. Outros 15% carecem permanentemente de dados válidos no nível municipal.

As metas do PNE diretamente relacionadas à modalidade EJA mobilizam quatro conjuntos de indicadores, totalizando 9 indicadores calculados no nível nacional pelo INEP (2025), conforme sintetizado no quadro abaixo que também indica a possibilidade de calculá-los no nível local a cada ano ou biênio, para efeito de monitoramento:

Tabela 1. Indicadores do PNE referentes à EJA, conforme viabilidade de cálculo anual/bianual no nível do município – Metas 3, 8, 9 e 10

Meta / Tema	Indicador / Descrição	Status
3 Acesso ao ensino médio	3A: percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica	Calculado
	3B: percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa	Não calculado
8 Escolaridade média da população	8A: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade	Não calculado
	8B: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade residente na área rural	Não calculado
	8C: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade pertencente aos 25% mais pobre (renda domiciliar per capita)	Não calculado
	8D: Razão percentual entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos.	Não calculado
9 Alfabetização de jovens e adultos	9A: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade	Calculado
	9B: Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade	Não calculado
10 EJA integrada à educação profissional	10A: Percentual de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional	Calculado

Fonte: Com base em Inep (2025) e Travitzki, Ximenes e Barbosa (2025).

Os indicadores 3A e 9A podem ser calculados com base em informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) para alguns municípios, entre eles os do Grande ABC, por constituírem estratos geográficos da Região Metropolitana de São Paulo; já o indicador 10A, por tratar exclusivamente de matrículas, pode ser diretamente calculado do Censo Escolar (INEP) a cada ano.

Percebe-se, entretanto, que a maior parte dos indicadores referentes à EJA no PNE não dispõem de dados anuais ou bianuais que permitam o seu monitoramento no nível local, dependendo da disponibilização dos microdados do Censo Demográfico 2022. Em solicitação de informação enviada ao IBGE em janeiro de 2026 pela equipe do Observatório, fomos informados que em razão de procedimentos técnicos e etapas a serem cumpridos não há previsão de divulgação dos microdados.

A Nota Técnica, portanto, mobiliza as informações já disponibilizadas publicamente pelo IBGE, especificamente Censo Demográfico 2022: Educação - Resultados preliminares da amostra (2025) e Censo Demográfico 2022: Alfabetização - Resultados do universo (2024). Ao mesmo tempo, algumas das informações continuam limitadas pela ausência de informações demográficas detalhadas. Tais limitações, no entanto, não têm impacto nas conclusões centrais do trabalho sobre a demanda potencial por EJA no Grande ABC e sua análise à luz da evolução da oferta de oportunidades escolares na Região nos últimos anos.

Conceitos de Demanda por EJA

O segundo aspecto diz respeito à delimitação dos conceitos de demanda total e de demanda potencial por EJA. Para isso, tomamos como referência o trabalho prévio de Denise Comerlato, Evandro Alves e Sita Sant'Anna (2020), para quem:

Demanda Total pela EJA - A partir do disposto na LDBEN/96, a demanda total pela EJA é constituída por: Pessoas maiores de 15 anos não alfabetizadas. Pessoas maiores de 15 anos que não concluíram o Ensino Fundamental. Pessoas maiores de 18 anos que não concluíram o Ensino Médio, ou seja, a totalidade do público ao qual a EJA se destina.

Demanda Potencial para EJA – Corresponde a demanda total menos o número de vagas ofertadas, o que significa a parte da Demanda Total de EJA que não é

atendida, um público potencialmente possível de ser alcançado pelas políticas de oferta da EJA. (Comerlato; Alves; Sant'Anna, 2020, p. 44, grifo no original)

Tal definição parte da premissa, compartilhada por autores/as dessa Nota, de que o acesso à educação básica é um direito subjetivo de jovens, adultos e idosos e a disponibilidade, acessibilidade, adequação e adaptação da oferta é um dever do Estado brasileiro, conforme reconhecem dispositivos Constitucionais e legais¹.

1.1. População do Grande ABC (2022)

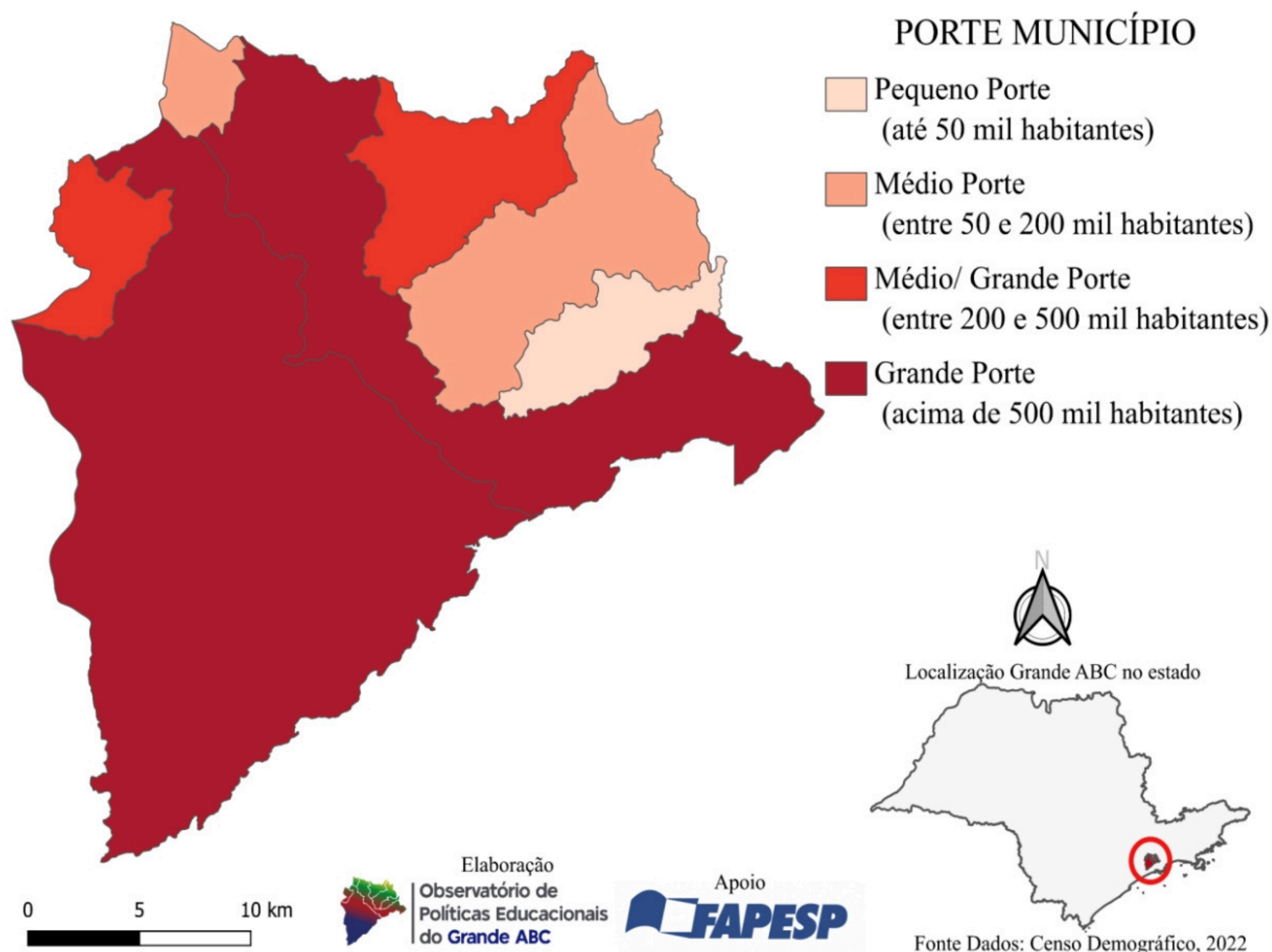
A análise dos dados educacionais dos municípios do Grande ABC requer atenção à diversidade demográfica, pois há diferentes tamanhos de populações e estruturas etárias, com repercussão na razão de sexo na população (proporção da população de homens em relação à população de mulheres em um dado território) e grande variação na composição étnico-racial.

Observam-se também distintos padrões de ocupação do território, com localidades densamente povoadas e altamente urbanizadas em áreas exíguas (como Diadema e São Caetano do Sul, que registram respectivamente densidade demográfica de 12.795 e 10.805 habitantes por km², colocando-se entre os municípios mais adensados do País) ao lado de municípios com significativas áreas rurais e/ou de proteção ambiental.

Quanto ao porte, São Bernardo do Campo é o mais populoso (810.729 habitantes), seguido por Santo André (748.919), Mauá (418.261) e Diadema (393.237), enquanto São Caetano do Sul (165.655), Ribeirão Pires (115.559) e Rio Grande da Serra (44.170) têm população menor. Abaixo temos um Mapa representativo dos diferentes portes populacionais dos Municípios estudados, tomando em conta escalas usualmente utilizadas em estudos presentes na literatura:

¹ Constituição Federal de 1988, art. 208, I e VI; Lei Complementar n° 220/2025 (SNE), art. 3°, III e IX, art. 4°, III; Lei n° 9.394/1996 (LDB), art. 4°, IV, VI e VII, entre outras previsões legais.

Mapa 1 – População Residente e Porte dos Municípios do Grande ABC (2022)



Quando comparamos os resultados do Censo Demográfico de 2022 aos documentados no Censo de 2010 percebemos que há, em linhas gerais, manutenção do perfil demográfico do Grande ABC, com crescimento populacional de 5,6%, inferior à média estadual (+ 7,7%) e do País (+ 6,5%), com estabilidade no porte dos municípios. Há, no entanto, diferenças notáveis na dinâmica por Município, com alguns apresentando crescimento e outros quase estagnação:

Tabela 2 – Crescimento populacional no Grande ABC, segundo município (2010–2022)

Município	População residente (2010)	População residente (2022)	Crescimento absoluto	Crescimento (%)
Santo André	676.407	748.919	72.512	10,72
São Bernardo do Campo	765.463	810.729	45.266	5,91
São Caetano do Sul	149.263	165.655	16.392	10,98
Diadema	386.089	393.237	7.148	1,85
Mauá	417.064	418.261	1.197	0,29
Ribeirão Pires	113.068	115.559	2.491	2,20
Rio Grande da Serra	43.974	44.170	196	0,45
Grande ABC	2.551.328	2.696.530	145.202	5,69

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2010 e 2022.

Tais dados indicam que no quadro geral do Grande ABC os principais desafios educacionais para a EJA não decorrem da expansão populacional, mas da persistência das desigualdades e do envelhecimento da população que, como veremos nos dados adiante, carrega trajetórias educacionais incompletas. O olhar sobre o Grande ABC, entretanto, não elimina a existência de desafios diretamente decorrentes da expansão populacional em municípios (Santo André e São Caetano do Sul, em especial) e zonas específicas, e das dinâmicas de mobilidade e migração nos territórios. O que é primordial destacar desde já é que dinâmicas populacionais como redução de crescimento e envelhecimento não são sinônimos de queda na demanda potencial por escolarização, particularmente, na modalidade EJA, como veremos.

A estrutura etária da população, a razão de sexo e o pertencimento étnico-racial da população dos municípios do Grande ABC podem ser visualizados nas pirâmides etárias abaixo:

Gráfico 1 – Pirâmide Etária de Diadema (2022)

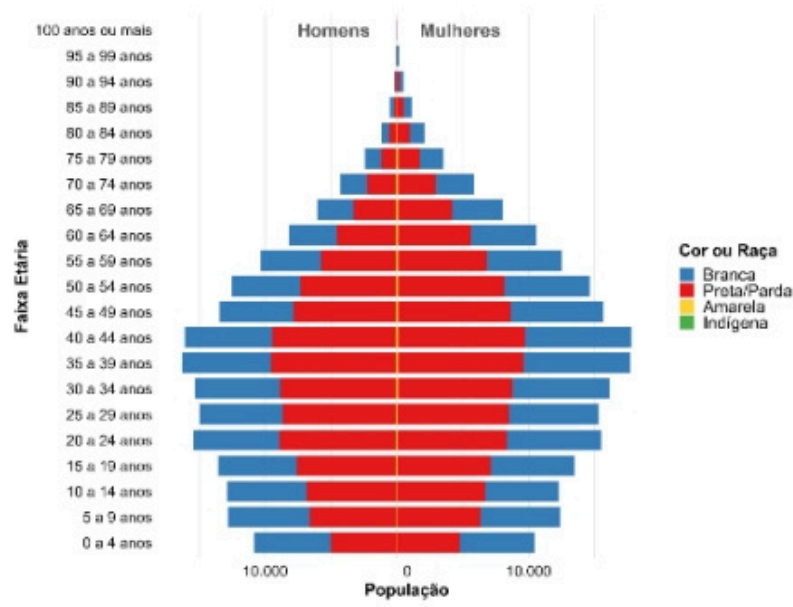


Gráfico 2 – Pirâmide Etária de São Bernardo do Campo (2022)

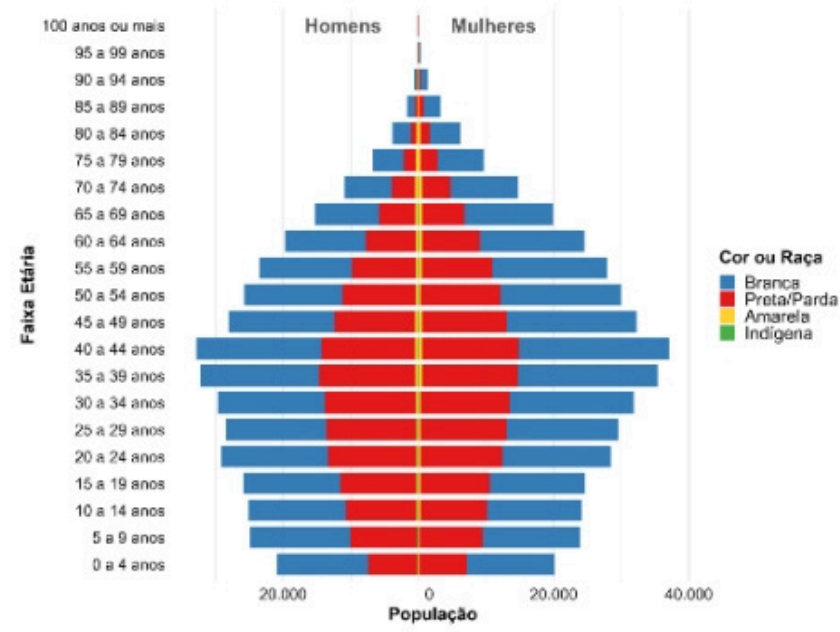


Gráfico 3 – Pirâmide Etária de Ribeirão Pires (2022)

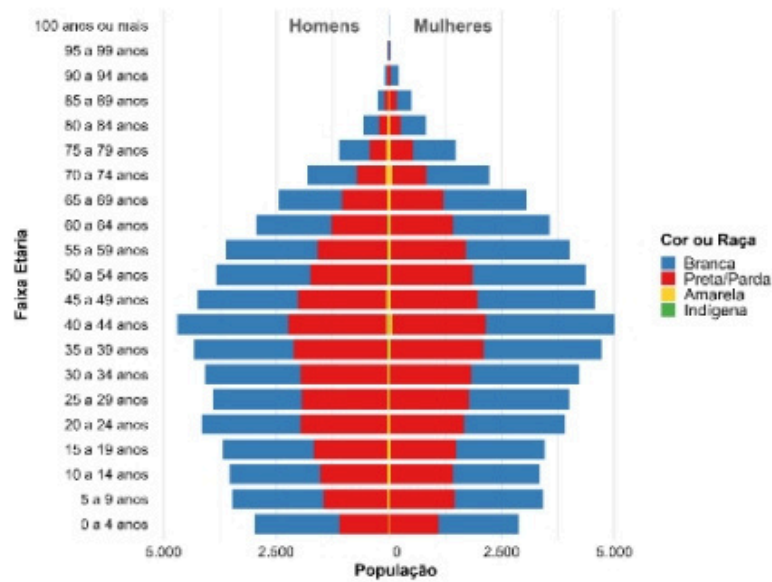


Gráfico 4 – Pirâmide Etária de Santo André (2022)

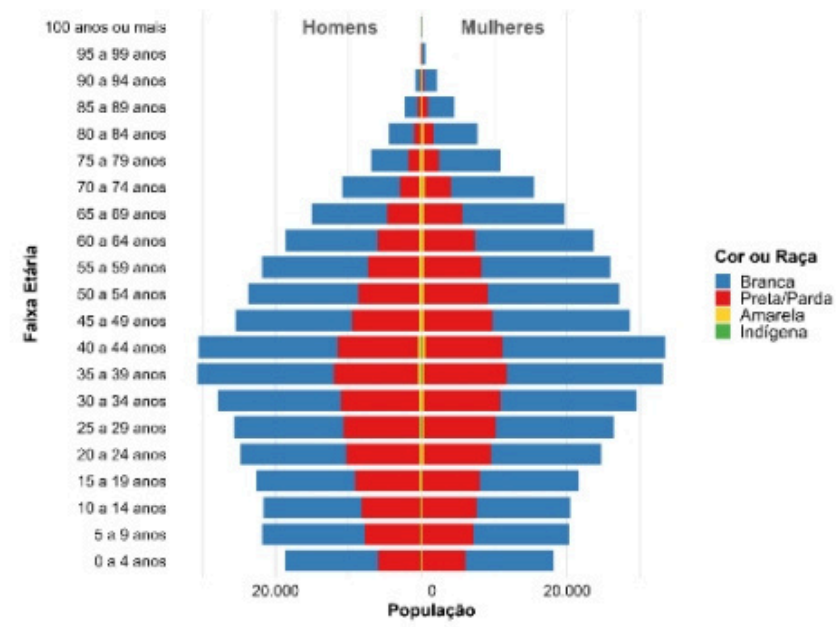


Gráfico 5 – Pirâmide Etária de Rio Grande da Serra (2022)

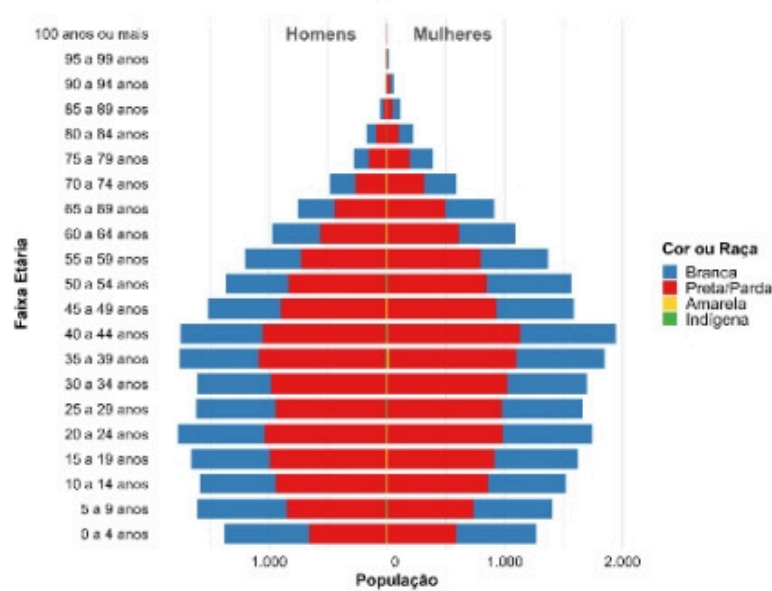


Gráfico 6 – Pirâmide Etária de Mauá (2022)

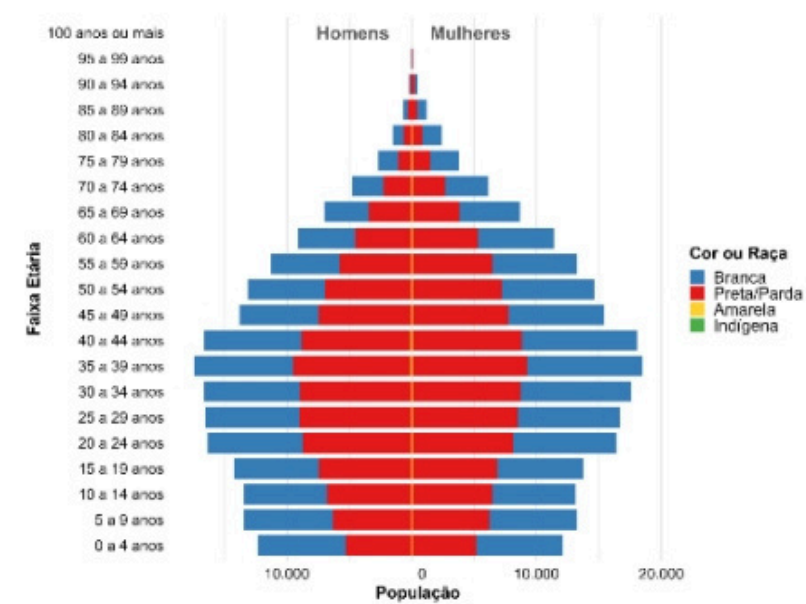
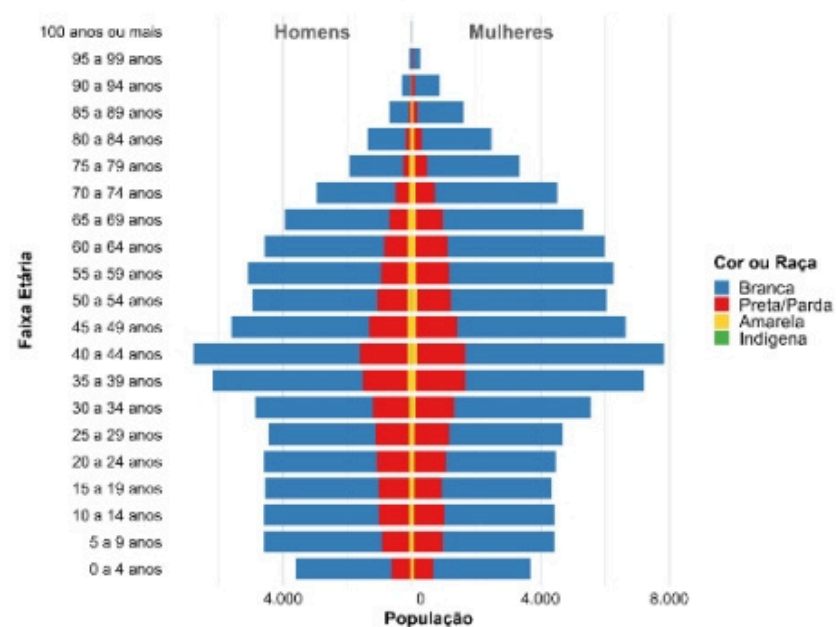


Gráfico 7 – Pirâmide Etária de São Caetano do Sul (2022)



O olhar panorâmico oferecido pelo conjunto das pirâmides etárias dos municípios do Grande ABC permite perceber os efeitos de uma tendência nacional de mudança do perfil etário da população. Em quase todos os municípios, o maior volume da população se encontra nas faixas adultas, que superam os coortes infanto-juvenis. Há, entretanto, diferenças significativas a esse respeito, tendo como extremos o município de São Caetano do Sul, com a maior proporção de pessoas com mais de 65 anos em relação aos menores de 15 anos (117,3); e Rio Grande da Serra e Diadema, em que a população infanto-juvenil ainda é proporcionalmente maior que a de idosos.

No que tange ao pertencimento étnico-racial, no conjunto da região predomina população branca (58,3%), mas também nesse aspecto existem grandes contrastes entre os municípios: a proporção de pessoas que se declaram brancas é maior em São Caetano do Sul (79,4%), Santo André (65,2%), São Bernardo do Campo (59,0%), Ribeirão Pires (56,7%) e Mauá (50,4%); já as pessoas que se declaram pardas ou pretas são maioria em Rio Grande da Serra (56,6%) e Diadema (53,9%).

1.2. População não alfabetizada

No Grande ABC, a taxa de pessoas com 15 anos ou mais não alfabetizadas, registrada no Censo Demográfico 2022, pode ser estimada em 2,51%, abaixo da média estadual (3,11%) e do Brasil (7,00%). Esse dado indica a presença de 56.023 pessoas nessa condição, assim distribuídas:

Tabela 3 – População de 15 anos ou mais não alfabetizada (2022) e comparativo da evolução desde o último Censo Demográfico (2010)

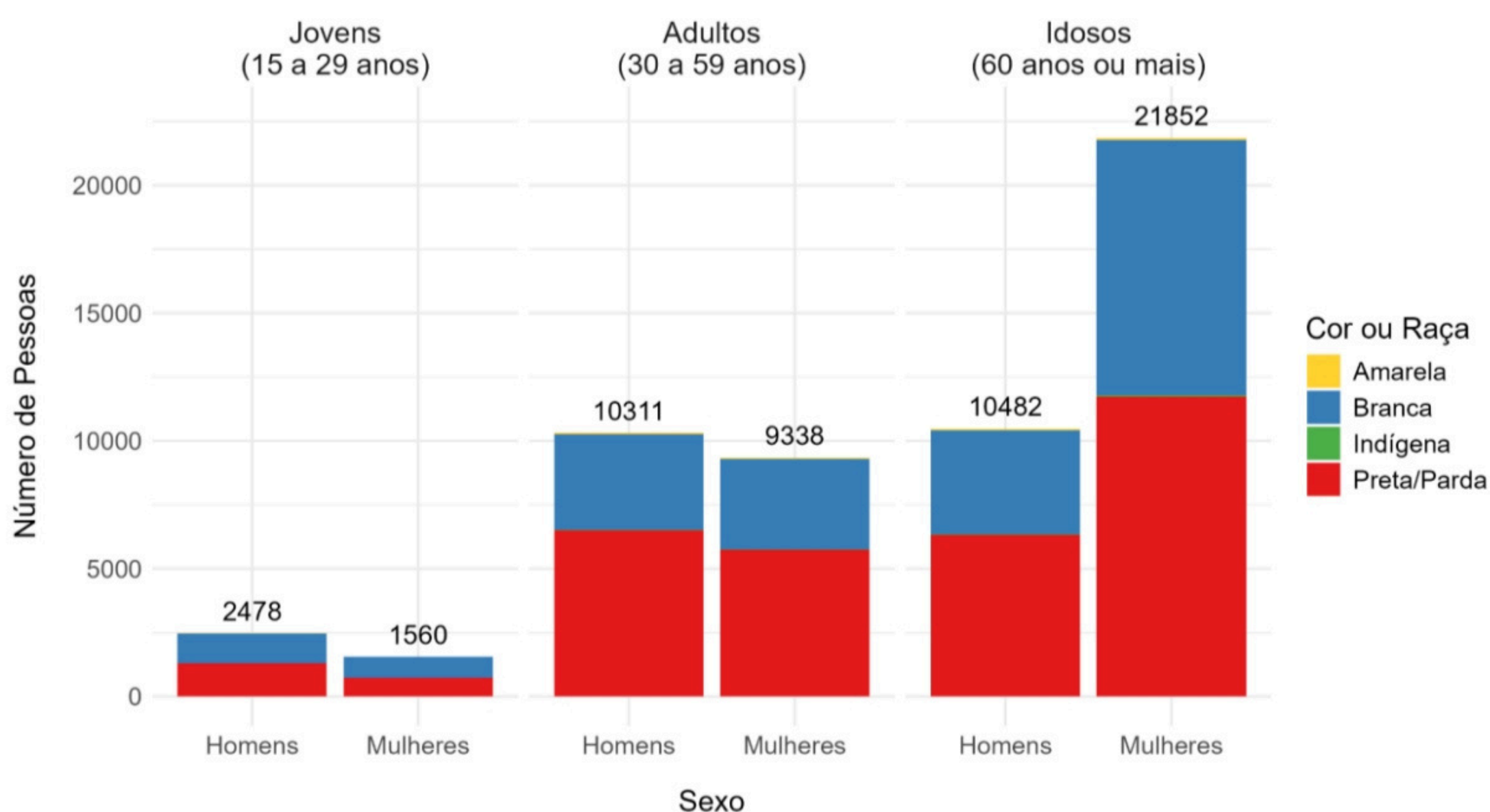
Município	Não Alfabetizados (2022)	Variação (2010-2022)	Taxa de Analfabetismo (2022)	Variação (2010-2022)
Santo André	12.602	-2.627	2,01%	-0,77%
São Bernardo do Campo	16.122	-2.333	2,40%	-0,64%
São Caetano do Sul	1.627	-328	1,16%	-0,39%
Diadema	10.371	-2.504	3,22%	-1,14%
Mauá	11.106	-1.549	3,26%	-0,68%
Ribeirão Pires	2.706	-406	2,82%	-0,65%
Rio Grande da Serra	1.489	-292	4,21%	-1,20%
Grande ABC	56.023	-10.039	2,51%	-0,76%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2010 e 2022.

No comparativo com o Censo Demográfico anterior, são menos 10.039 pessoas não alfabetizadas no Grande ABC, que registrou 66.062 pessoas nessa condição em 2010. Isso representa uma queda nominal de 0,76% na taxa de analfabetismo, que era de 3,27% na Região. Somente Rio Grande da Serra (- 1,20%), Diadema (- 1,14%) e Santo André (- 0,77%) registraram queda acima da média regional.

Dentro deste universo, o Censo 2022 aponta que a maioria da população de não alfabetizados no Grande ABC é formada por pessoas idosas, mulheres e negras (pardas e pretas), expressando o acúmulo de desigualdades e discriminações raciais e de gênero no acesso à escolarização. O gráfico abaixo detalha essa informação:

Gráfico 8 – População de 15 anos ou mais não alfabetizada no Grande ABC, por grandes faixas etárias, sexo e cor/raça (2022)



Fonte: Censo Demográfico 2022 - Resultados Universo

Para monitoramento do indicador de analfabetismo funcional inscrito no PNE (Meta 9, Indicador 9B), o INEP (2025) adota a convenção de considerar nesta condição a população que não completou quatro anos de estudos. Conforme já apontado, a ausência de divulgação dos microdados do Censo Demográfico 2022 impede a realização de estimativa similar para os municípios.

Uma aproximação a essa informação pode ser extraída da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) de 2024. No estado de São Paulo, encontravam-se nesta

condição 7,8% dos 38,9 milhões de pessoas com 15 anos ou mais. No Grande ABC, 7,8% da população corresponderia a 174.202 pessoas com 15 anos ou mais em situação de analfabetismo funcional.

1.3. Nível de instrução da população

a) Sem instrução e ensino fundamental incompleto

Para estimar a demanda potencial por educação fundamental de jovens e adultos, é usual calcular a população com 15 anos ou mais que não frequentou ou não concluiu essa etapa escolar. Contudo, o IBGE não disponibilizou os dados de nível de instrução para essa faixa etária, apenas para o grupo com 18 anos ou mais. Deve-se considerar na análise, portanto, que os cálculos que não consideram a população de 15 a 18 anos subestimam a demanda potencial por EJA na etapa do Ensino Fundamental.

Segundo os dados do Censo Demográfico 2022, quase uma em cada cinco pessoas com 18 anos ou mais de idade residente no Grande ABC não teve instrução ou não concluiu o Ensino Fundamental, ou seja, não concluiu o período mínimo de escolarização obrigatória de 8 ou 9 anos estabelecido na legislação desde o ano de 1971². Correspondendo a 19,51% da população adulta do Grande ABC, temos 415.924 pessoas nessa condição, assim distribuídas:

Tabela 4 - População de 18 anos ou mais sem instrução e fundamental incompleto, por município e Grande ABC (2022)

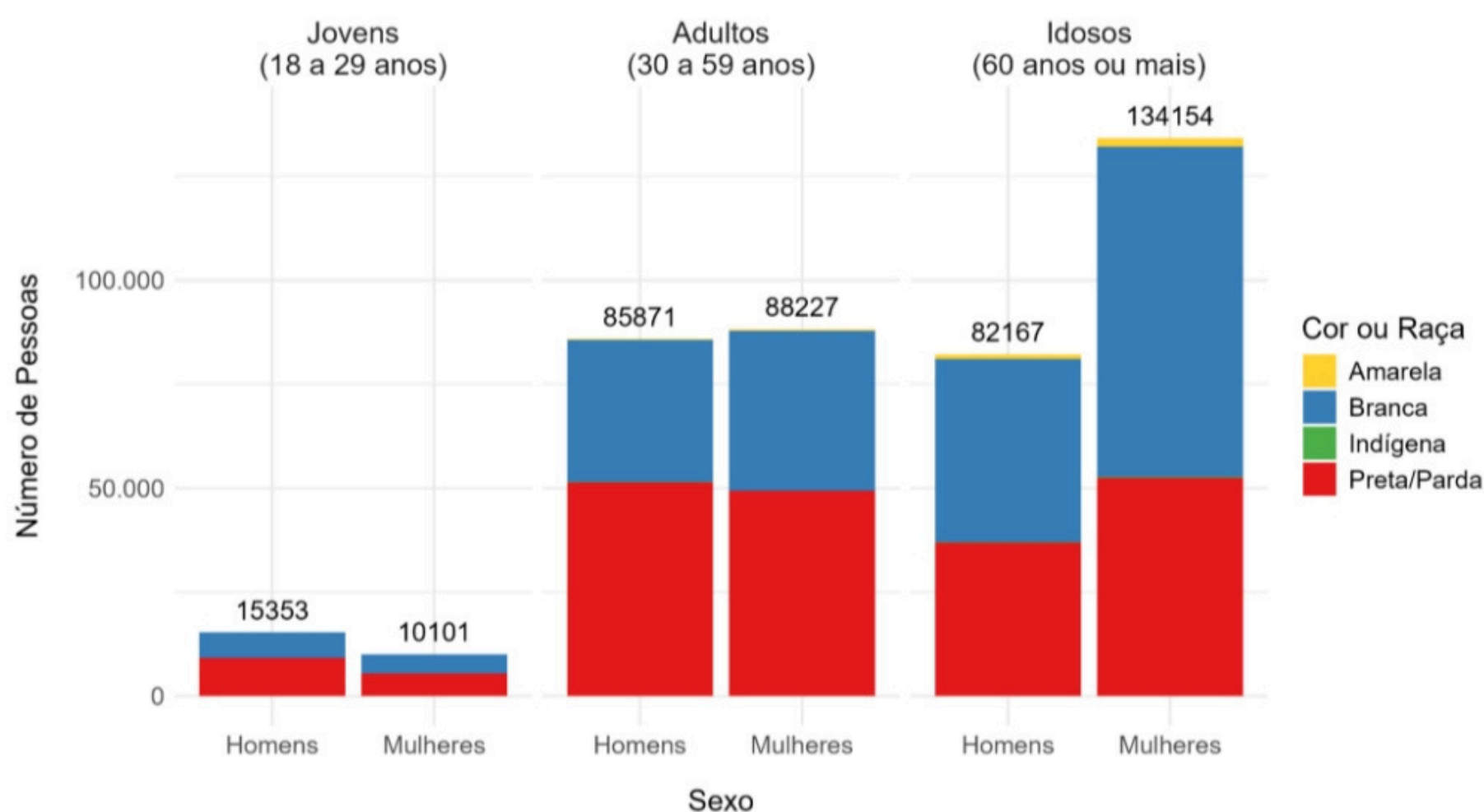
Município	Sem Instrução e Fundamental Incompleto	Percentual*
Santo André	109.263	18,18%
São Bernardo do Campo	113.561	17,72%
São Caetano do Sul	18.494	13,72%
Diadema	71.291	23,31%
Mauá	75.621	23,33%
Ribeirão Pires	19.524	21,28%
Rio Grande da Serra	8.170	24,47%
Grande ABC	415.924	19,51%

² A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, instituiu a escolaridade obrigatória de 8 (oito) anos no Brasil, correspondente ao então ensino de 1º Grau. Posteriormente, já na vigência da LDB atual, a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, ampliou a faixa de obrigatoriedade escolar para 9 (anos), correspondente à ampliação legal do ensino fundamental obrigatório, com início aos 6 (seis) anos de idade.

Fonte: Censo Demográfico 2022 - Resultados Preliminares da Amostra
*Percentual diante da população total na mesma faixa etária

Neste universo, mais uma vez a maioria da população sem instrução ou com baixa escolaridade no Grande ABC é constituída por pessoas idosas e mulheres. O Gráfico 9 detalha essa informação:

Gráfico 9 - População de 18 anos ou mais sem instrução e fundamental incompleto no Grande ABC, por grandes faixas etárias, sexo e cor/raça (2022)



Fonte: Censo Demográfico 2022 - Resultados Preliminares da Amostra

Conforme se alteram os grandes grupos etários – jovens, adultos e idosos – modificam-se as desigualdades de gênero, assim como percebido nos dados sobre alfabetização. Entre os jovens, a maioria das pessoas com baixa escolaridade são homens; entre adultos de 30 a 59 anos há maior paridade de gênero.

b) Ensino fundamental completo e ensino médio incompleto

Segundo os dados do Censo Demográfico 2022, a população maior de 18 anos residente nos municípios do Grande ABC que cursou o Ensino Fundamental e não concluiu o Ensino Médio é de 280.469 pessoas (13,15% desse grupo etário), assim distribuídas:

Tabela 5 – População de 18 anos ou mais com fundamental completo e médio incompleto, por município e Grande ABC (2022)

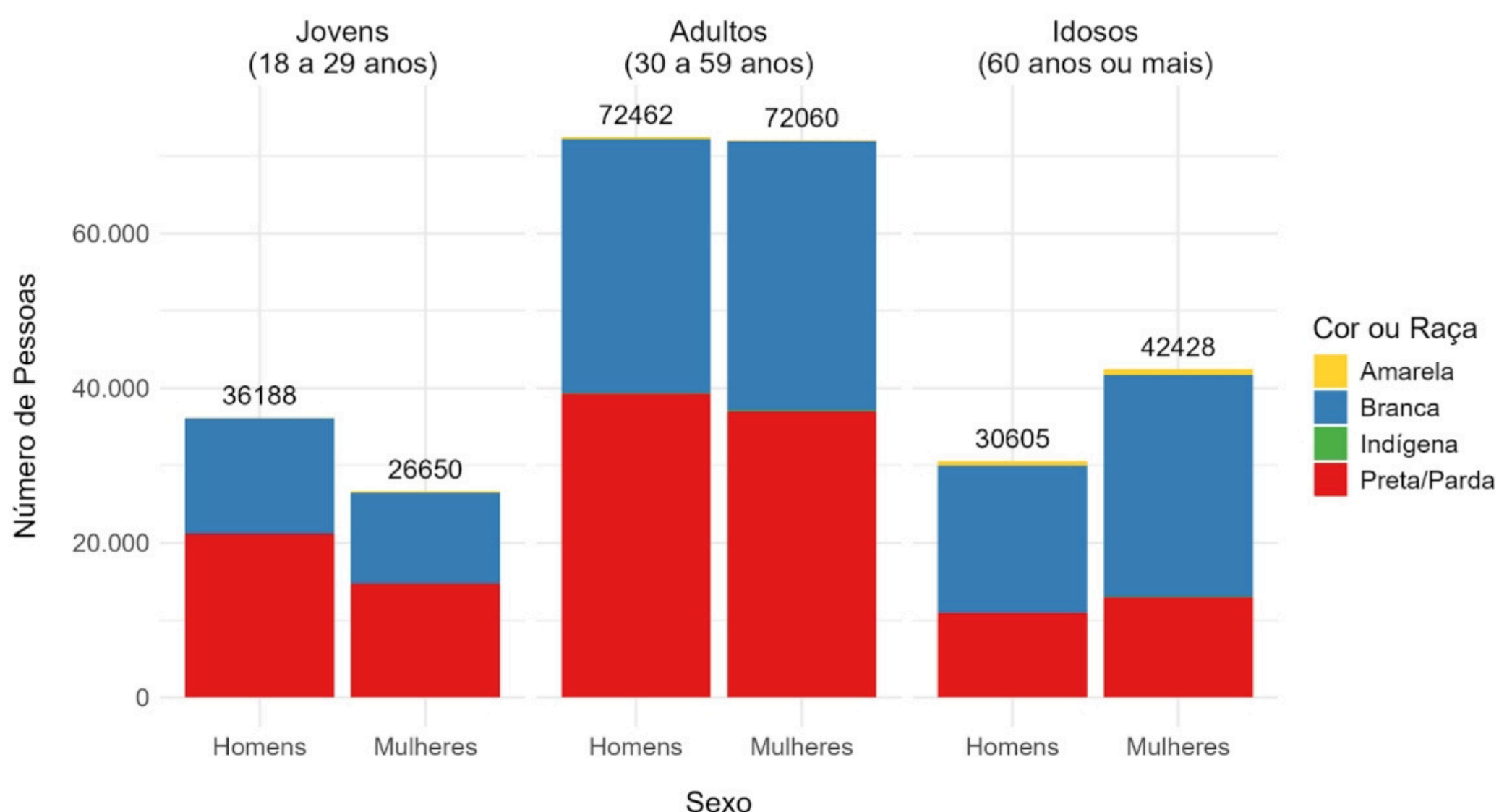
Município	Fundamental Completo e Médio Incompleto	Percentual*
Santo André	72.468	12,06%
São Bernardo do Campo	86.405	13,48%
São Caetano	11.226	8,33%
Diadema	44.817	14,65%
Mauá	49.273	15,20%
Ribeirão Pires	11.464	12,49%
Rio Grande da Serra	4.816	14,43%
Grande ABC	280.469	13,15%

Fonte: Censo Demográfico 2022 - Resultados Preliminares da Amostra

*Percentual diante da população total na mesma faixa etária

O perfil etário dessa população, entretanto, modifica-se significativamente, também expressando o acúmulo de desigualdades (Gráfico 10):

Gráfico 10 - População de 18 anos ou mais com fundamental completo e médio incompleto no Grande ABC, por grandes faixas etárias, sexo e cor/raça (2022)



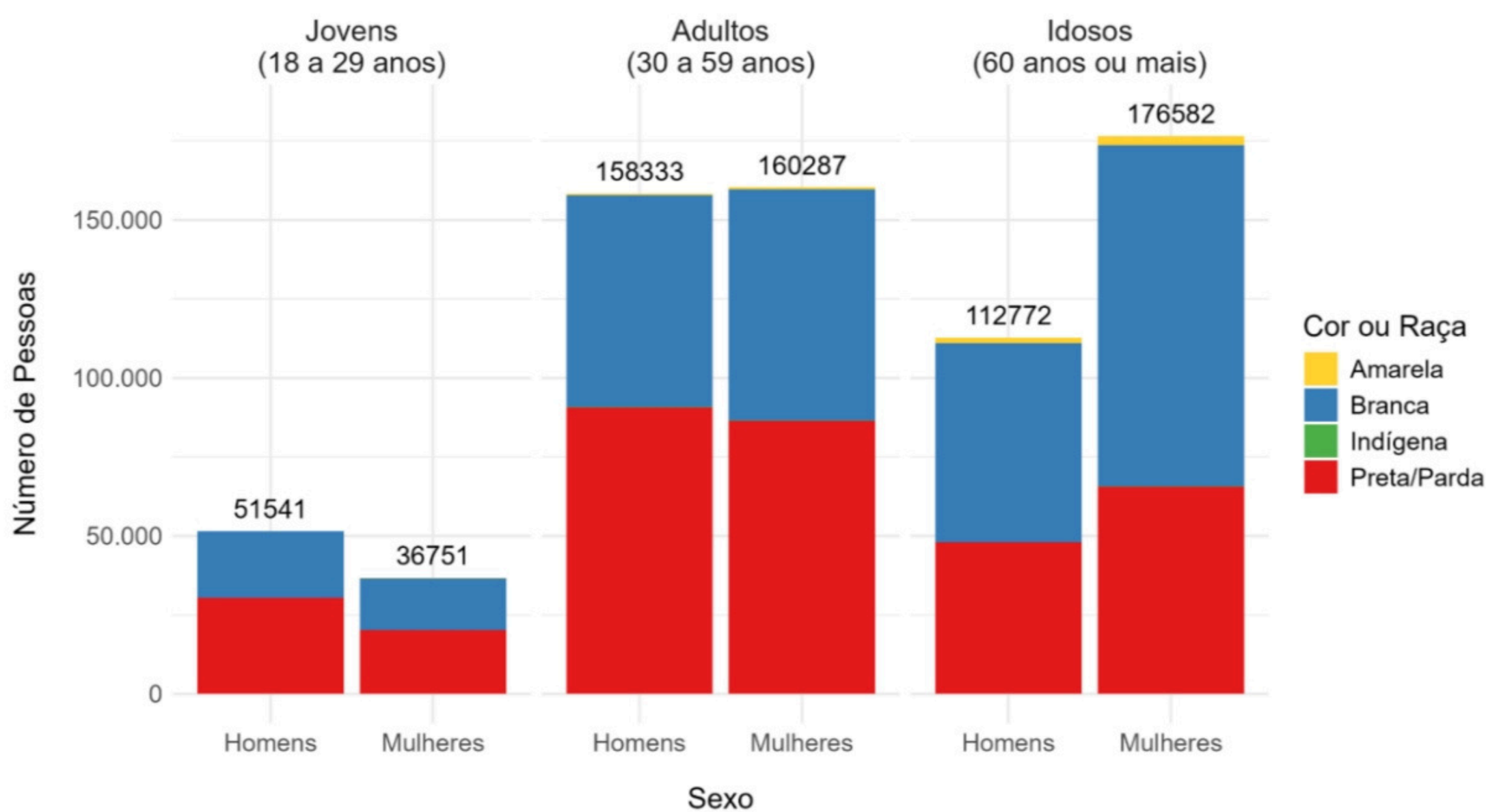
Fonte: Censo Demográfico 2022 - Resultados Preliminares da Amostra

O menor contingente de idosos nesse dado, longe de representar vantagem desse grupo em termos de escolarização, é uma resultante da realidade expressa nos gráficos anteriores (8 e 9), pois a maior parte da população de 60 anos ou mais com escolaridade incompleta/baixa sequer concluiu o ensino fundamental. No outro extremo, amplia-se consideravelmente a proporção de jovens com educação básica inconclusa, apesar de terminado o ensino fundamental.

2. Demanda total por EJA no Grande ABC

Observa-se dos dados anteriormente tratados, assim, que a população de jovens, adultos e idosos, com mais de 18 anos, sem a educação básica concluída no Grande ABC reunia 696.393 habitantes, sendo 415.924 sem escolaridade ou com o ensino fundamental incompleto e 280.469 com o ensino fundamental completo e o médio incompleto. O gráfico abaixo sintetiza a informação por grandes grupos etários, sexo e cor/raça no Grande ABC:

Gráfico 11 - População de 18 anos ou mais sem escolaridade ou com educação básica incompleta no Grande ABC, por grandes faixas etárias, sexo e cor/raça (2022)



Fonte: Censo Demográfico 2022 - Resultados Preliminares da Amostra

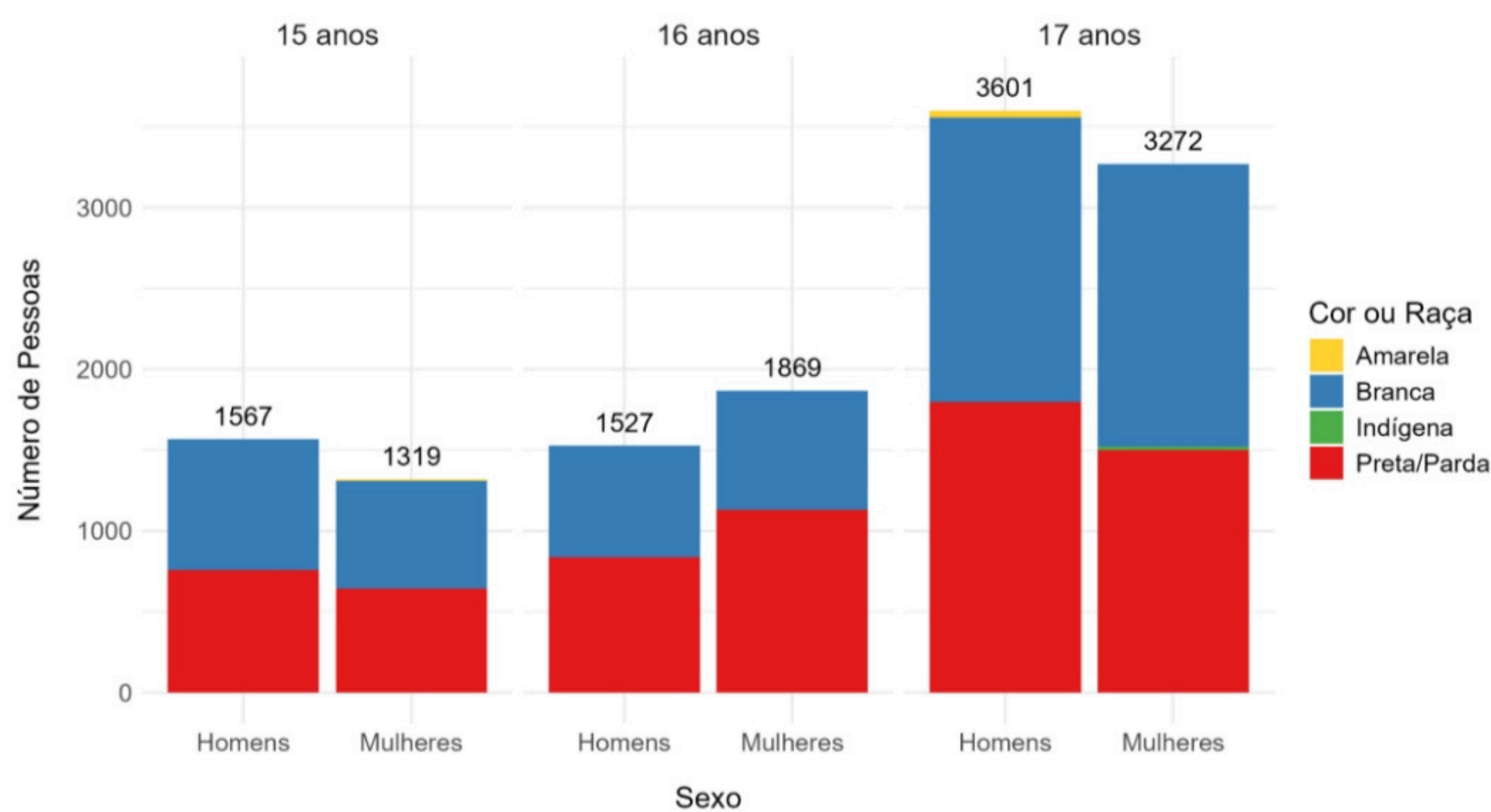
Entre outros aspectos que poderiam ser destacados nessa síntese, nota-se que entre os jovens a maioria são pessoas do sexo masculino e negras, enquanto entre as pessoas idosas a maioria das pessoas com educação básica incompleta são mulheres brancas (o que provavelmente decorre da maior longevidade desse subgrupo).

A demanda de adolescentes entre 15 e 17 anos

Para se chegar à estimativa rigorosa da demanda pela modalidade EJA, contudo, o dado sobre a escolaridade da população adulta deve ser acrescido com o cômputo de adolescentes com idade entre 15 e 17 anos que, embora estivessem em idade de escolaridade obrigatória, já não frequentavam escolas por ocasião do Censo Demográfico de 2022. No Grande ABC esse contingente é estimado em 13.198 adolescentes, ou 12,91% das pessoas entre 15 e 17 anos, com

predomínio proporcional neste grupo de pessoas pretas e pardas e maior participação da faixa etária de 17 anos³.

Gráfico 12 - População de 15 a 17 anos que não frequenta escola no Grande ABC, por idade, sexo e cor/raça (2022)



Fonte: Censo Demográfico 2022 - Resultados Preliminares da Amostra

Os municípios que registraram maiores proporções de adolescentes com idade entre 15 e 17 anos fora da escola foram, em ordem decrescente: Diadema (14,75%), Ribeirão Pires (13,96%), Santo André (13,59%) e São Bernardo do Campo (13,19%). Entre os com proporção abaixo da média regional estavam: Mauá (11,93%), Rio Grande da Serra (8,36%) e São Caetano do Sul (6,75%).

Síntese da Demanda Total por EJA no Grande ABC

Recuperando a premissa conceitual já exposta, podemos estimar a demanda total por EJA no Grande ABC em **709.591 pessoas**, assim distribuídas:

- ❖ 415.924 jovens, adultos e idosos com mais de 18 anos e demandantes potenciais de programas de alfabetização de adultos e/ou EJA Ensino Fundamental;

³ A publicação Censo Demográfico 2022 - Educação - Resultados preliminares da amostra (IBGE, 2025) não disponibiliza diretamente o contingente de pessoas que não frequenta a escola. Os resultados são calculados mediante a subtração da população que frequenta a escola do total da população na faixa etária. Além disso, sem microdados não é possível estimar um eventual contingente residual de adolescentes da faixa etária de 15 a 17 anos, sobretudo desta última idade, que tenha concluído a educação básica e não frequente escola ou universidade. Devido ao caráter residual desse possível contingente, o mesmo não modifica as conclusões sobre a demanda potencial por EJA.

- ❖ 280.469 jovens, adultos e idosos com mais de 18 anos e demandantes potenciais de EJA Ensino Médio;
- ❖ 13.198 adolescentes de 15 a 17 anos e demandantes de EJA Ensino Fundamental ou EJA Ensino Médio⁴.

Esse contingente reunido representa **31,76%** da população do Grande ABC com 15 anos ou mais de idade.

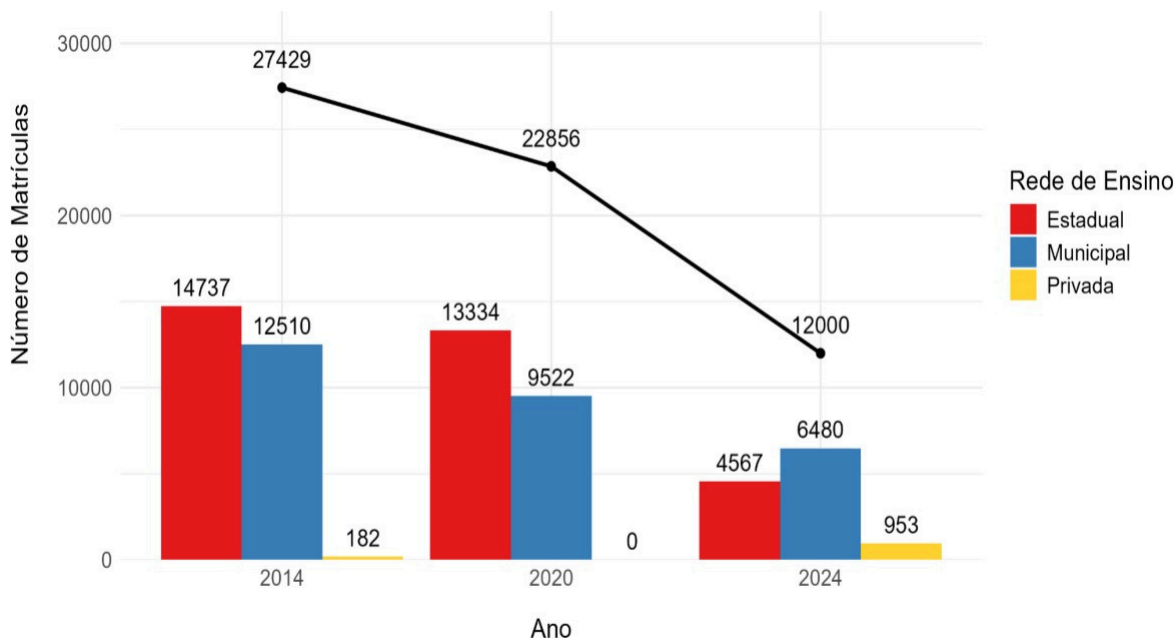
⁴ No caso dos adolescentes com idade entre 15 e 17 anos fora da escola, a metodologia de cálculo encontra diretamente a demanda potencial por escolarização, já que estima a população não atendida, sendo que tal população poderia ser incorporada tanto pela modalidade EJA como pela oferta regular. Não é falho, no entanto, estimar a demanda potencial por EJA como o total da demanda por escolarização, já que normativamente a modalidade EJA deveria estar acessível a todos nessa condição.

3. Oferta de educação de jovens, adultos e idosos no Grande ABC (2014 – 2024)

O Censo Escolar de 2024 contabilizou na região, exatas 12 mil matrículas na modalidade EJA, o que representa apenas 1,69% da demanda total acima estimada conforme os dados do Censo Demográfico 2022. Essa oferta estava distribuída em 479 turmas, localizadas em 115 estabelecimentos escolares no ano de 2024.

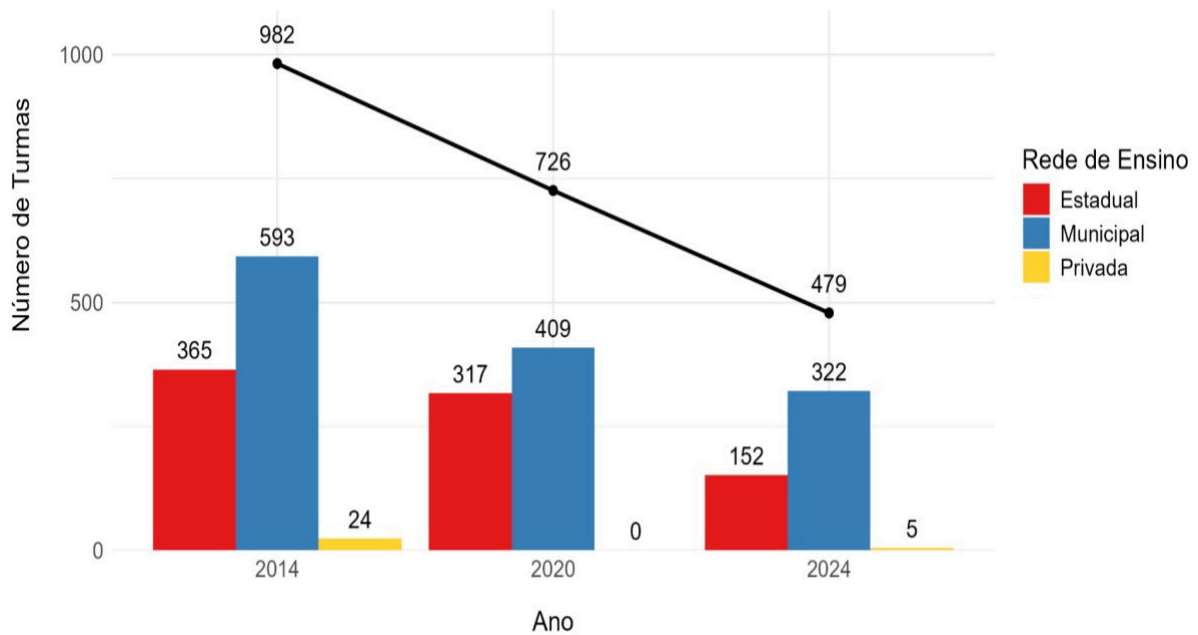
Comparados aos dados de 2014, primeiro ano de vigência do PNE, observou-se na região um decréscimo no número de matrículas (-56,2%), escolas com oferta de EJA (-37,8%) e turmas de EJA (-51,2%). Esse comportamento decorre das redes públicas de ensino, uma vez que a participação do setor privado na modalidade é minoritária na região.

Gráfico 13 - Evolução de matrículas da modalidade EJA no Grande ABC, total e por redes de ensino (2014 – 2024)



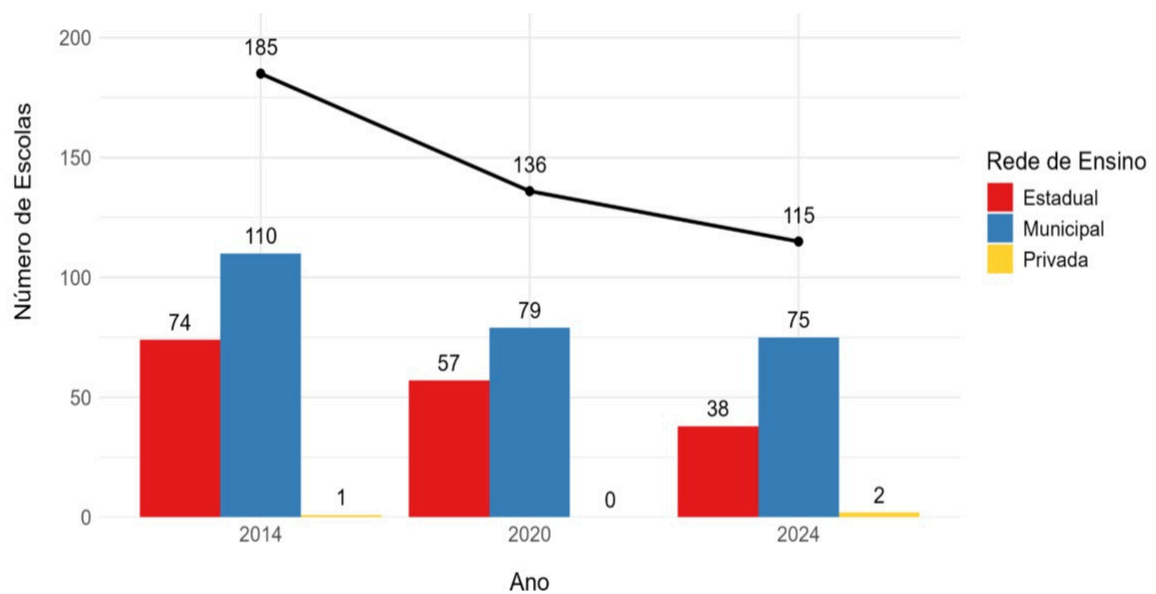
Fonte: Microdados do Censo Escolar 2014-2024

Gráfico 14 - Evolução de turmas da modalidade EJA no Grande ABC, total e por redes de ensino (2014 – 2024)



Fonte: Microdados do Censo Escolar 2014-2024

Gráfico 15 - Evolução de escolas com oferta da modalidade EJA no Grande ABC, total e por rede de ensino (2014 – 2024)



Fonte: Microdados do Censo Escolar 2014-2024

EJA integrada à Educação Profissional

Cabe notar que apesar de ser um objetivo inscrito na Meta 10 do PNE 2014 - 2025, só há registro de matrículas de EJA integradas à Educação Profissional na rede municipal de Santo André, ainda assim restritas aos anos de 2023 (712 matrículas) e 2024 (686 matrículas).

Esses e outros dados você pode explorar no nosso Painel de Dados do Censo Escolar do Grande ABC, clicando [aqui](#) ou escaneando o QR Code abaixo:

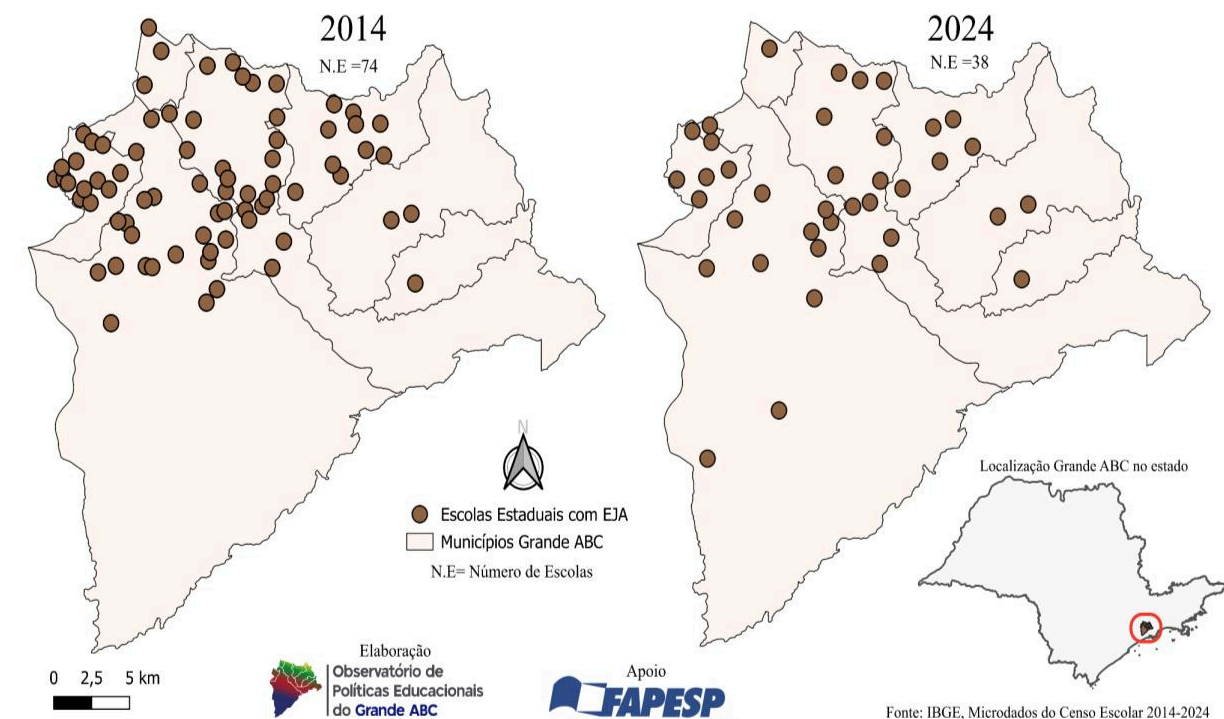


Considerando a divisão de responsabilidades federativas (que atribui aos Estados o dever prioritário de provisão do Ensino Médio e compartilha entre Estado e Municípios a obrigação de manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental), convém analisar o comportamento da oferta das etapas da educação básica por cada rede de ensino - estadual, municipais e privada.

3.1. O comportamento da rede estadual de ensino

A rede estadual foi aquela que mais fechou turmas e reduziu matrículas entre 2014 e 2024, encerrando atendimento à modalidade EJA em numerosas escolas. Em uma década, a rede reduziu o atendimento em mais de dez mil matrículas, cerca de 69% a menos daquele existente no ano de aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE). Nesse período, 58,3% das turmas antes existentes na rede estadual foram encerradas, e 48,6% das escolas deixaram de oferecer a modalidade.

Mapa 2 – Distribuição espacial das escolas estaduais com oferta da EJA em 2014 e 2024 - Grande ABC



Os municípios mais atingidos pela contração da oferta de EJA na rede estadual ao longo da década foram Mauá e Diadema. Em Mauá a rede estadual fechou 6 escolas, reduziu 68,2% das turmas e 79,1% das matrículas; em Diadema as matrículas foram reduzidas em 73% devido ao encerramento da EJA em 9 escolas e fechamento de dois terços das turmas.

Esse processo de redução do atendimento na modalidade EJA pela rede estadual de ensino se repetiu em quase todos os municípios: em São Caetano do Sul, onde dois terços das escolas e turmas foram fechadas, as matrículas caíram 70,6%; em São Bernardo do Campo o número de matriculados declinou 69,1%, a quantidade de turmas recuou 59,8% e o número de escolas caiu 42,9%; em Santo André a oferta de EJA pela rede estadual foi encerrada em dez escolas e 41,9% das turmas foram extintas, de modo que a matrícula recuou 68,2%; mesmo Rio Grande da Serra, em que foram mantidas as seis turmas em uma única escola estadual que ofertou EJA na década, as matrículas declinaram 60,4%; em Ribeirão Pires o decréscimo de matrículas na rede estadual foi um pouco menos intenso (-46,5%), concentrando-se durante e após a Pandemia de COVID-19.

Registre-se que do ponto de vista da divisão administrativa, a rede estadual está organizada em Unidades Regionais de Ensino (URE). No Grande ABC são 4 (quatro): URE Mauá, URE Santo André (compreendendo os territórios de Santo André, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra); URE São Bernardo do Campo (compreendendo os territórios de São Bernardo e São Caetano) e URE Diadema. Os dados de redução da presença da modalidade EJA, entretanto, denotam um movimento estrutural da gestão estadual na maior parte dos Municípios, ainda que existam variações entre as UREs e dentro de cada Unidade.

Tabela 6 - Variação de Matrículas da EJA na Rede Estadual, por município e Grande ABC (2014 -2024)

URE	Município	Variação Absoluta	Variação Percentual
Santo André	Santo André	-1.809	-68,26%
	Rio Grande da Serra	-142	-60,43%
	Ribeirão Pires	-845	-46,56%
São Bernardo do Campo	São Bernardo do Campo	-2.225	-69,10%
	São Caetano do Sul	-416	-70,63%
Diadema	Diadema	-2.322	-72,97%
Mauá	Mauá	-2.411	-79,15%
Todas	Grande ABC	-10.170	-69,01%

Fonte: Microdados do Censo Escolar 2014-2024

Tabela 7 – Variação de Turmas da EJA na Rede Estadual, por município e Grande ABC (2014 – 2024)

URE	Município	Variação Absoluta	Variação Percentual
Santo André	Santo André	-31	-41,89%
	Rio Grande da Serra	0	-0,00%
	Ribeirão Pires	-1	-16,67%
São Bernardo do Campo	São Bernardo do Campo	-55	-59,78%
	São Caetano do Sul	-12	-66,67%
Diadema	Diadema	-58	-66,67%
Mauá	Mauá	-56	-68,29%
Todas	Grande ABC	-213	-58,36%

Fonte: Microdados do Censo Escolar 2014-2024

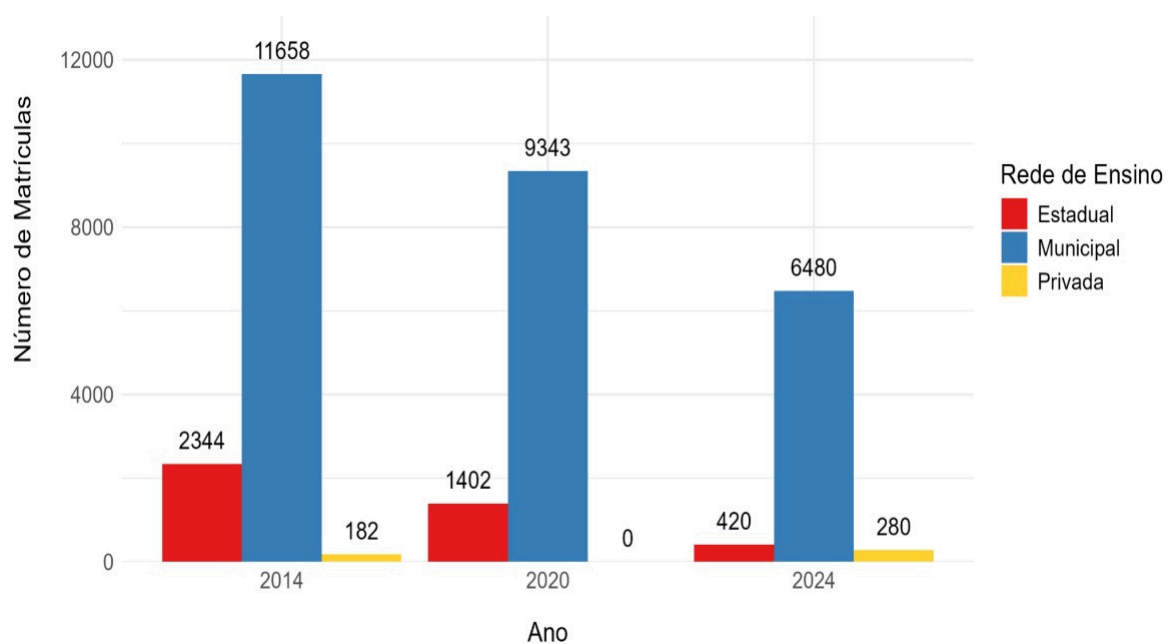
Essa dinâmica merece maior aprofundamento. Por ora, observando a redução no número de matrículas, percebe-se uma grande proximidade de resultados nas UREs São Bernardo do Campo e Diadema, e na URE Santo André em relação a este município. A maior intensidade

na redução da oferta de EJA pela rede estadual, também sob esse aspecto, não aparenta estar relacionada à capacidade de atendimento da rede local, veja-se o resultado da URE Mauá, situada em município com praticamente nenhuma oferta de ensino fundamental regular.

Observa-se, portanto, que, contrariando as diretrizes e metas do PNE, na região do Grande ABC a rede estadual de ensino aprofundou no período de vigência do Plano o comportamento que já vinha adotando desde meados da década de 1990, ao delegar unilateralmente aos municípios a responsabilidade pela provisão pública da EJA na etapa do Ensino Fundamental, sobretudo na alfabetização e nas séries iniciais (DI PIERRO, 2017, p. 20). No período 2014 - 2024 a matrícula estadual na EJA de Ensino Fundamental recuou 82%;

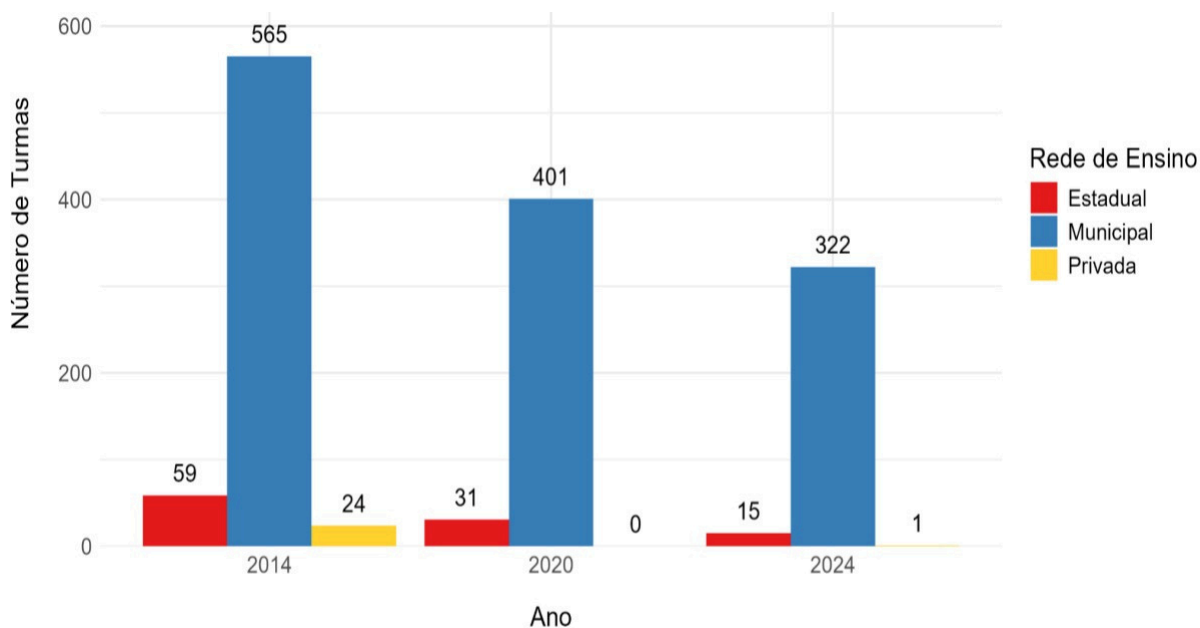
56,2% das escolas que antes ofereciam essa modalidade deixaram de fazê-lo, e quase três quartos (74,6%) das turmas foram fechadas em uma década na Região. Como resultado, em 2024, o Estado de São Paulo possuía apenas 15 turmas de EJA de Ensino Fundamental no Grande ABC.

Gráfico 16 - Evolução de matrículas da modalidade EJA de Ensino Fundamental no Grande ABC, por rede de ensino (2014 – 2024)



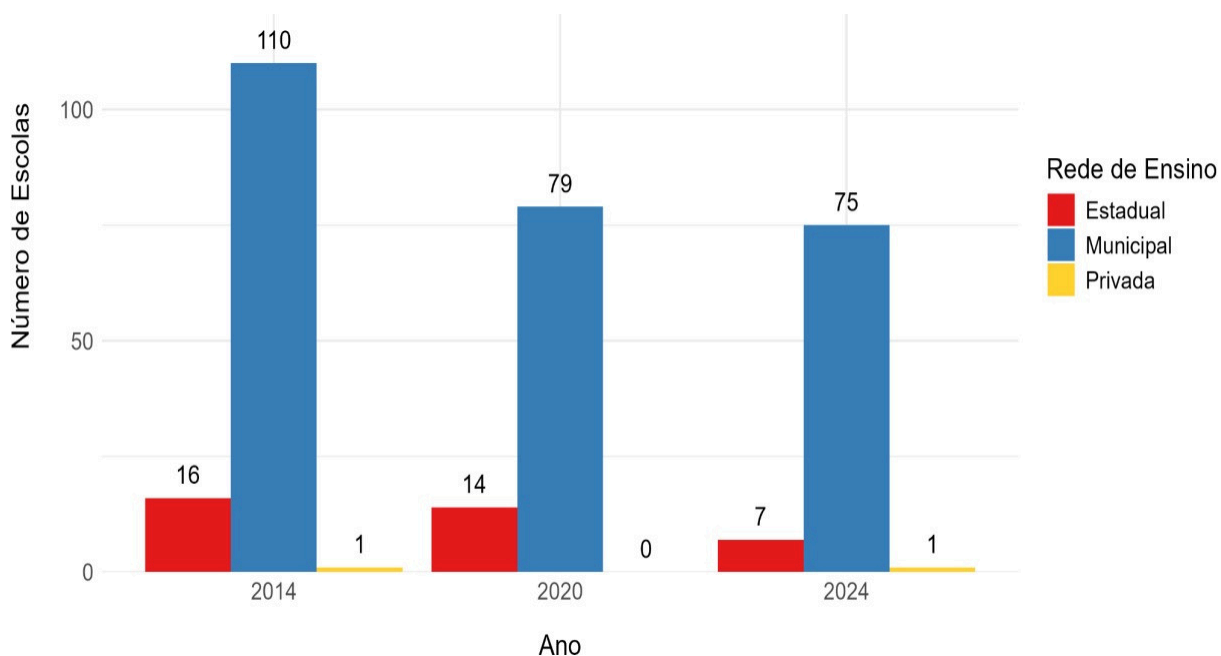
Fonte: Microdados do Censo Escolar 2014-2024

Gráfico 17 - Evolução de turmas da modalidade EJA de Ensino Fundamental no Grande ABC, por rede de ensino (2014 – 2024)



Fonte: Microdados do Censo Escolar 2014-2024

Gráfico 18 - Evolução de escolas com oferta da modalidade EJA de Ensino Fundamental no Grande ABC, por rede de ensino (2014 – 2024)



Fonte: Microdados do Censo Escolar 2014-2024

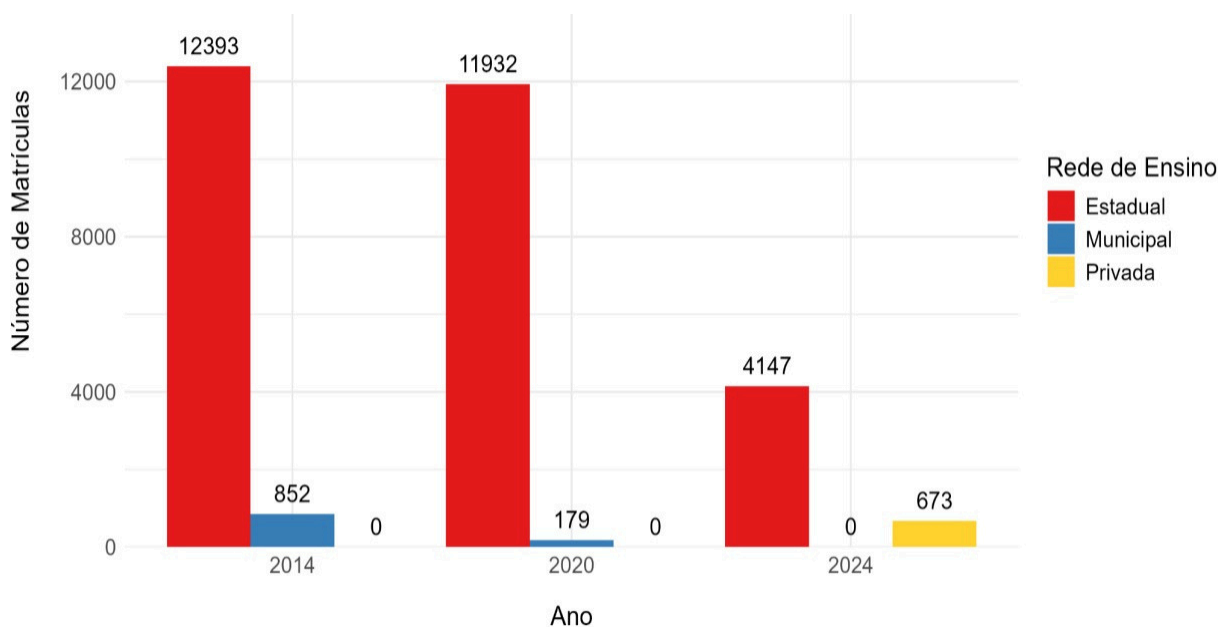
O recuo drástico na rede estadual não é compensado pela oferta de oportunidades nas redes municipais, fato que reforça a percepção de não existir uma colaboração entre as redes para o

atendimento da modalidade EJA de Ensino Fundamental, mas a decisão unilateral da rede estadual de suprimir mais acentuadamente a oferta.

Como resultado desse movimento, nos municípios em que o poder local assumiu a oferta da EJA no 2º segmento do Ensino Fundamental, a oferta estadual nessa etapa tornou-se residual ou desapareceu, como foram os casos de Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. A rede estadual só manteve algum atendimento na EJA de Ensino Fundamental nos municípios que, devido à característica das redes locais, não tiveram oferta em um ou mais segmentos do Ensino Fundamental durante a década, como em Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Mauá. Porém, mesmo nas localidades em que os municípios não contam com escolas de ensino fundamental, a oferta estadual foi declinante durante a década, com destaque para o caso de Mauá, já comentado.

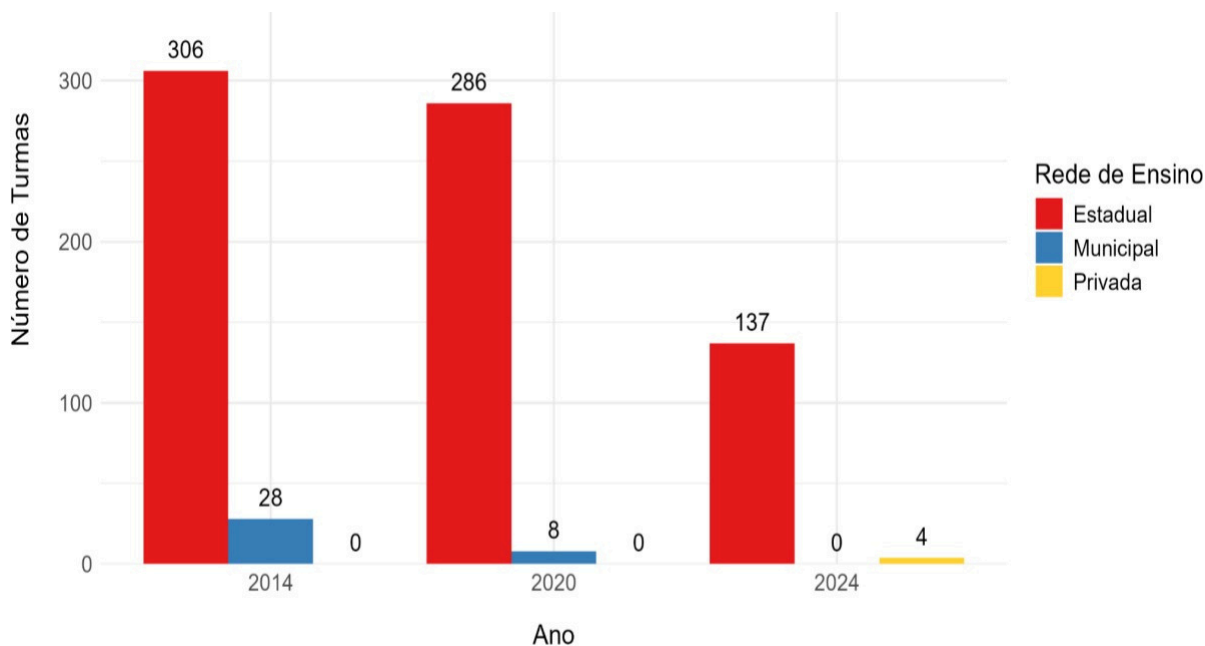
Com respeito à provisão pública de EJA de Ensino Médio, cuja responsabilidade prioritária é do Estado, as matrículas foram reduzidas em 66,5% ao longo da década, como resultado do encerramento da oferta em 46,4% das escolas e fechamento de 169 turmas (-55,2%).

Gráfico 19 - Evolução de matrículas da modalidade EJA de Ensino Médio no Grande ABC, por rede de ensino (2014 – 2024)



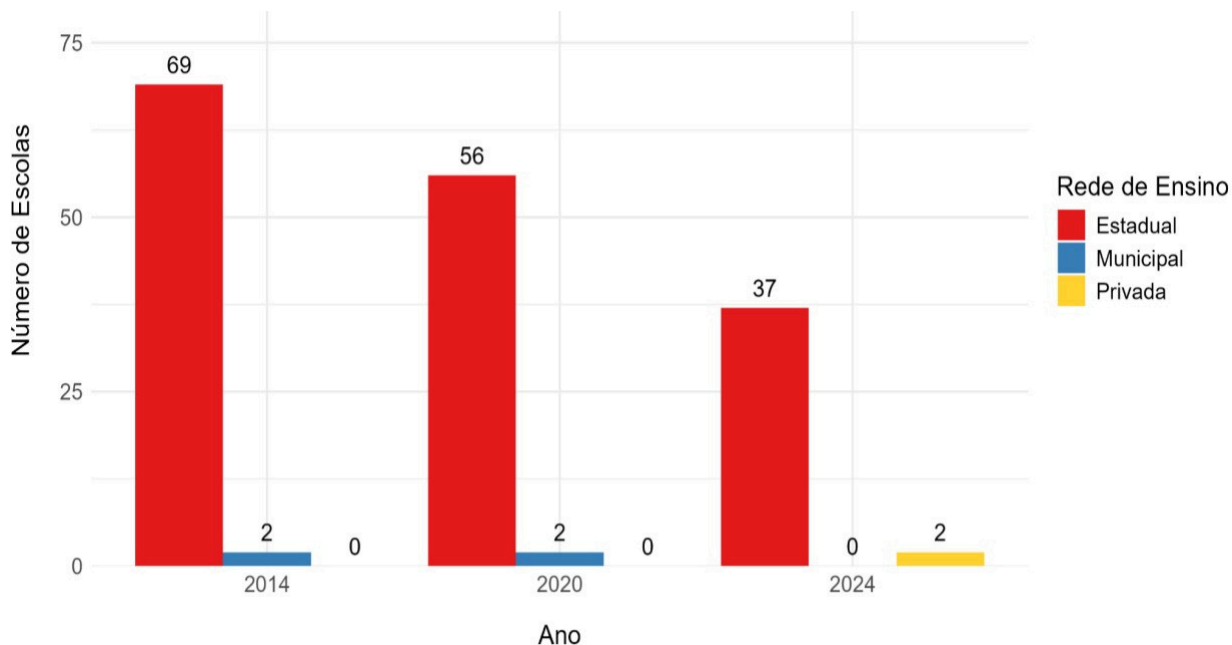
Fonte: Microdados do Censo Escolar 2014-2024

Gráfico 20 - Evolução de turmas da modalidade EJA de Ensino Médio no Grande ABC, por rede de ensino (2014 – 2024)



Fonte: Microdados do Censo Escolar 2014-2024

Gráfico 21 - Evolução de escolas com a modalidade EJA de Ensino Médio no Grande ABC, por rede de ensino (2014 – 2024)



Fonte: Microdados do Censo Escolar 2014-2024

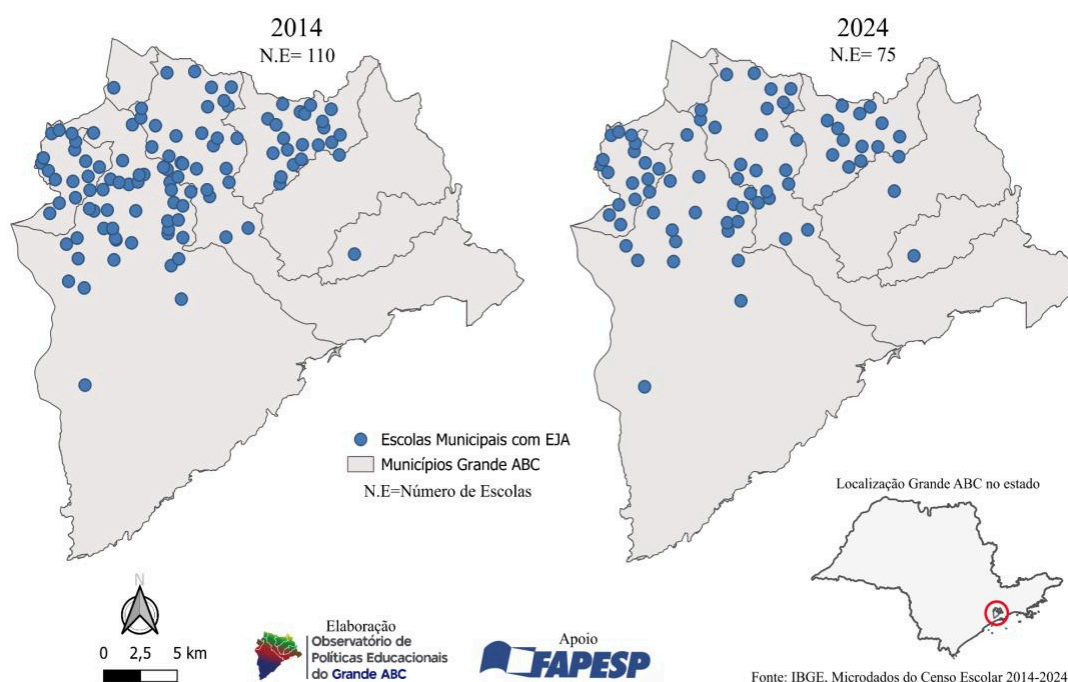
Nota-se que, até 2020, havia uma oferta de vagas de EJA de Ensino Médio por parte das redes municipais, nomeadamente Mauá e São Caetano do Sul. Em Mauá, as matrículas nessa modalidade chegaram a 653 em 2014, tornando-se gradativamente residual. Nesse caso, a

legislação impõe fortes restrições à atuação dos municípios no Ensino Médio em geral, incluída na modalidade EJA de Ensino Médio, ao não permitir a contabilização dessas matrículas municipais no Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e ao determinar expressamente que só podem atuar nessa etapa, com recursos próprios, após atender plenamente a demanda por Educação Infantil, que é de responsabilidade exclusiva da municipalidade, e por Ensino Fundamental, em colaboração com o estado (Artigo 11º, inciso V, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

3.2. O comportamento das redes municipais de ensino

A redução da provisão pública de EJA ocorreu também nas redes municipais de ensino, corresponsáveis pela oferta do Ensino Fundamental. No conjunto dos municípios, entre o ano da promulgação do PNE e 2024, o recuo foi de 48,2% das matrículas, 45,7% das turmas e 31,8% das escolas que ofertavam a modalidade em 2014⁵.

Mapa 3 – Distribuição espacial das escolas municipais com oferta da EJA em 2014 e 2024 - Grande ABC



⁵ O Anexo A reúne um conjunto de mapas que nos dão a dimensão espacial da diminuição das unidades escolares com oferecimento da EJA, por município no Grande ABC.

A tabela 8 detalha esse movimento por município, considerando o número de matrículas em 2014 e 2024, além do número de escolas e turmas ofertados pelas redes municipais ao longo da década.

Tabela 8 – Variação de Matrículas da EJA nas Redes Municipais, por município e Grande ABC (2014 - 2024)

Município	Matrículas em 2014	Matrículas em 2024	Variação Absoluta	Variação Percentual
Santo André	3.220	1.670	-1.550	-48,14%
São Bernardo do Campo	4.265	1.865	-2.400	-56,27%
São Caetano do Sul	358	0	-358	-100,00%
Diadema	2.558	2.216	-342	-13,37%
Mauá	2.029	674	-1.355	-66,78%
Ribeirão Pires	0	23	23	-*
Rio Grande da Serra	80	32	-48	-60,00%
Grande ABC	12.510	6.480	-6.030	-48,20%

Fonte: Microdados do Censo Escolar 2014-2024

*Variação percentual de 0 a qualquer valor não é representada por ser matematicamente indefinida

Tabela 9 – Variação de Turmas da EJA nas Redes Municipais, por município e Grande ABC (2014 - 2024)

Município	Turmas em 2014	Turmas em 2024	Variação Absoluta	Variação Percentual
Santo André	163	129	-34	-20,86%
São Bernardo do Campo	208	87	-121	-58,17%
São Caetano do Sul	17	0	-17	-100,00%
Diadema	101	73	-28	-27,72%
Mauá	101	31	-70	-69,31%
Ribeirão Pires	0	1	1	-*
Rio Grande da Serra	3	1	-2	-66,67%
Grande ABC	593	322	-271	-45,70%

Fonte: Microdados do Censo Escolar 2014-2024

*Variação percentual de 0 a qualquer valor não é representada por ser matematicamente indefinida

Tabela 10 – Variação de unidades escolares com oferta da EJA nas Redes Municipais, por município e Grande ABC (2014 - 2024)

Município	Escolas em 2014	Escolas em 2024	Variação Absoluta	Variação Percentual
Santo André	28	23	-5	-17,86%
São Bernardo do Campo	43	20	-23	-53,49%
São Caetano do Sul	1	0	-1	-100,00%
Diadema	16	16	0	00,00%
Mauá	21	14	-7	-33,33%
Ribeirão Pires	0	1	1	-*
Rio Grande da Serra	1	1	1	00,00%
Grande ABC	110	75	-35	-31,82%

Fonte: Microdados do Censo Escolar 2014-2024

*Variação percentual de 0 a qualquer valor não é representada por ser matematicamente indefinida

Assim como o PNE (Lei 13.005/2014), todos os Planos Municipais de Educação (PME) do Grande ABC, com vigência entre 2015 e 2026, incorporam em suas diretrizes orientadoras a erradicação do analfabetismo e a universalização do atendimento escolar nas diversas modalidades e etapas da educação básica, o que inclui a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os PMEs também reproduzem, em grande medida, as Metas do PNE que se relacionam diretamente à EJA (Metas 4, 8, 9 e 10), estabelecendo uma consonância de objetivos com o PNE nesse ponto⁶.

Apesar disso, como informam as Tabelas acima, percebe-se um movimento de redução da oferta, ainda que com variações importantes entre os municípios.

Diadema manteve abertas ao longo de todo o decênio, para a modalidade EJA, as 16 escolas municipais registradas em 2014, observando um declínio de atendimento menos acentuado, com perda de 13,4% das matrículas e fechamento de 27,7% das turmas. Santo André manteve o atendimento municipal de EJA ao longo da década na maior parte das escolas (-17,9%), mas o número de turmas recuou 20,9% e as matrículas declinaram 48,1%. O município de São Caetano do Sul, por sua vez, encerrou completamente o atendimento à modalidade EJA após a Pandemia de COVID-19, suprimindo todas as matrículas nas 17 turmas que mantinha em uma escola municipal. O atendimento da EJA pela municipalidade de Rio

⁶ O Anexo B apresenta uma análise descritiva e detalhada sobre a presença da modalidade EJA nos PME do Grande ABC, produzida pelo GT EJA do Observatório de Políticas Educacionais do Grande ABC.

Grande da Serra teve uma diminuição de 60% das matrículas e ficou restrito a uma turma em uma única escola, aproximando-se da situação de não oferta.

A municipalidade de Mauá reduziu significativamente o atendimento na EJA ao longo do decênio, fechando um terço das escolas e 69,3% das turmas, de modo que as matrículas recuaram 66,8%. O decréscimo de matrículas também foi significativo em São Bernardo do Campo (-56,3%), associado à redução de turmas (-58,2%) e escolas (-53,5%) que atendiam a modalidade em 2014. O único município a apresentar elevação do atendimento foi Ribeirão Pires, que até 2020 não tinha qualquer oferta municipal de EJA e passou a registrar, em 2024, a oferta de uma turma única, com 23 estudantes matriculados.

3.3. A participação das escolas privadas

A participação da rede privada na oferta de EJA no Grande ABC ao longo da vigência do PNE 2014-2025 variou de inexistente na maioria dos municípios, a proporcionalmente pouco relevante. A única exceção veio nos anos recentes, quando o Censo Escolar passou a registrar um contingente de matrículas na EJA mantida pelo Serviço Social da Indústria (SESI) em São Bernardo do Campo: em 2024, foram 280 matrículas do segundo segmento do Ensino Fundamental e 661 do Ensino Médio, totalizando 941 inscritos, o que representou 24,7% de todas as matrículas na EJA daquele município. Trata-se do programa Nova EJA⁷, em que 80% das atividades transcorrem à distância; os estudantes podem residir em outros municípios, inclusive de fora do Grande ABC, vinculando-se ao polo localizado em escola localizada em São Bernardo do Campo. O Censo Escolar também registrou, em 2024, um pequeno número de matrículas privadas na EJA de Ensino Médio em Santo André, relativas ao Centro Universitário Anhanguera, que também oferece cursos à distância⁸.

⁷ Embora a publicidade mencione tratar-se de EJA Profissionalizante (<https://saobernardo.sesisp.org.br/eja-profissionalizante>) não há especificação de que tipo de qualificação é oferecida, e o Censo Escolar não classifica as matrículas do Sesi em São Bernardo do Campo nas categorias integradas à Educação Profissional.

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JEvozvmLa7o&t=4s>. Acesso em: 10 fev. 2026.

Tabela 11 - Variação de Matrículas da EJA na Rede Privada, por município e Grande ABC

Município	Matrículas em 2014	Matrículas em 2024	Variação Absoluta	Variação Percentual
Santo André	0	12	12	-*
São Bernardo do Campo	0	941	941	-*
São Caetano do Sul	182	0	-182	-100,00%
Diadema	0	0	0	-*
Mauá	0	0	0	-*
Ribeirão Pires	0	0	0	-*
Rio Grande da Serra	0	0	0	-*
Grande ABC	182	953	771	423.63%

Fonte: Microdados do Censo Escolar 2014-2024

*Variação percentual de 0 a qualquer valor não é representada por ser matematicamente indefinida

Tabela 12 - Variação de Turmas da EJA na Rede Privada, por município e Grande ABC

Município	Turmas em 2014	Turmas em 2024	Variação Absoluta	Variação Percentual
Santo André	0	3	3	-*
São Bernardo do Campo	0	2	2	-*
São Caetano do Sul	24	0	-24	-100,00%
Diadema	0	0	0	-*
Mauá	0	0	0	-*
Ribeirão Pires	0	0	0	-*
Rio Grande da Serra	0	0	0	-*
Grande ABC	24	5	-19	-79,17%

Fonte: Microdados do Censo Escolar 2014-2024

*Variação percentual de 0 a qualquer valor não é representada por ser matematicamente indefinida

4. Síntese da demanda potencial não atendida por EJA no Grande ABC

Conforme já apontamos, a demanda total por EJA no Grande ABC pode ser estimada, com base nos dados do Censo Demográfico 2022, em 709.591 pessoas, sendo 415.924 pessoas de 18 anos ou mais demandantes potenciais de programas de alfabetização de adultos e/ou EJA Ensino Fundamental; 280.469 pessoas de 18 anos ou mais demandantes potenciais de EJA Ensino Médio; e 13.198 adolescentes de 15 a 17 anos demandantes de EJA Ensino Fundamental ou EJA Ensino Médio.

Desse contingente, o Censo Escolar de 2024 registra o atendimento de apenas 12 mil matrículas na modalidade EJA, o equivalente a 1,69% da demanda potencial registrada.

Assim, seguindo esses parâmetros, a demanda não atendida por EJA no Grande ABC pode ser estimada em **697.591 pessoas**.

Na EJA Ensino Fundamental, o total de matrículas (7.180 pessoas) equivale a 1,72% da demanda total de 415.924 pessoas de 18 anos sem ensino fundamental completo, já na EJA Ensino Médio as 4.820 pessoas matriculadas equivalem a iguais 1,72% da demanda total de 280.469 pessoas de 18 anos ou mais sem ensino médio completo.

Conclusões

Os dados são eloquentes em indicar os seguintes fenômenos:

- a) Existe uma ampla demanda potencial por educação básica de jovens e adultos na região, composta por cerca de 700 mil pessoas, sendo que o maior contingente - cerca de 60% dos jovens e adultos com educação básica incompleta – não concluíram sequer o Ensino Fundamental, enquanto aqueles que o fizeram, mas não concluíram o Ensino Médio – mais de 280 mil pessoas – representam cerca de 40% da demanda. Na estimativa de demanda devemos agregar ainda o grupo de mais de 13 mil adolescentes de 15 a 17 anos – em idade de escolarização obrigatória – que não concluíram a educação básica e já não frequentam escolas, que poderiam reingressar no sistema educativo por intermédio da EJA ou de algum outro programa apropriado de acolhimento, recuperação e/ou aceleração de estudos.
- b) A proporção de pessoas não alfabetizadas é relativamente pequena, mas reúne cerca de 56 mil pessoas que, somadas àquelas que não concluíram quatro anos de estudos e que se encontram provavelmente em condição de analfabetismo funcional, chega a um valor estimado de 174 mil pessoas, que deveriam ter acesso à alfabetização e à sua continuidade no primeiro segmento do Ensino Fundamental.
- c) Essa extensa demanda potencial não tem se efetivado; ao contrário, as matrículas declinaram continuamente ao longo da vigência do PNE 2014 - 2025, sobretudo durante e após a pandemia de Covid 19, de modo que a cobertura escolar atual representa menos de 2% da demanda potencial estimada. Salvo raras e honrosas exceções, os poderes públicos atuaram no sentido de diminuir a oferta, fechando turmas e encerrando a oferta de EJA em numerosas unidades escolares. Esse processo de contração da modalidade ocorreu em todas as etapas e redes públicas de ensino, mas foi mais intenso na rede estadual, que com frequência deixou de colaborar com os municípios na oferta de Ensino Fundamental e tem deixado de atuar também na etapa que lhe compete, que é o Ensino Médio, o que compromete o desejável fluxo escolar até a conclusão da Educação Básica.
- d) A pandemia de Covid 19 impactou negativamente a participação na EJA⁹, mas não se observou recuperação do atendimento no período posterior ao término das medidas de

⁹ Sobre o tema, consultar Carreira & Di Pierro (2025).

isolamento social, o que suscita as hipóteses de que não houve esforço significativo de chamada pública e busca ativa nesta modalidade, ou que os esforços realizados nessa direção não foram efetivos.

e) Ainda não há dados para avaliar se os incentivos federais decorrentes do Pacto para Superação do Analfabetismo e Qualificação da EJA¹⁰ (ao qual todos os municípios da região, exceto São Caetano do Sul, aderiram) podem estancar ou reverter esse processo, sendo necessário monitorar seus impactos.

f) Há evidências de que as metas e estratégias dos Planos Estadual e Municipais de Educação não orientaram as políticas de EJA da região no transcorrer da década, sendo bastante improvável que as metas do PNE, do PEE e dos PMEs relativas à modalidade sejam alcançadas na vigência dos atuais planos, o que recomenda revisita-las nos planos futuros. É particularmente frustrante a evolução das matrículas da EJA integradas à educação profissional, que ficaram restritas ao município de Santo André e observaram decréscimo a partir de 2020.

¹⁰ Decreto nº 12.048, de 05 de junho de 2024.

Referências

- ALMEIDA, E. de; ANCASSUERD, M. P. NAKANO M. Governos Locais e Políticas Públicas de Educação e Escolarização de Jovens e Adultos. *Educação: Teoria e Prática*, v. 14, n. 26, 2007b, p. 113. <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/412>
- ALMEIDA, E. de; ANCASSUERD, M. P.; NAKANO, M. MOVA: da participação virtuosa à precariedade da política: um estudo de caso dos MOVAs de Diadema e de Mauá. In: HADDAD, S. (Org.). *Novos caminhos em educação de jovens e adultos*. São Paulo: Global/FAPESP/Ação Educativa, 2007a, p. 111-145.
- ANCASSUERD, M. P. *Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos no ABC Paulista*. FEUSP, Doutorado, 2009. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-01092009-161941/en.php>
- ANCASSUERD, Marli Pinto. Educação de jovens e adultos: ações das administrações locais do ABC. 27ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu, 2004
- BARBOSA, P. R.; TRAVITZKI, R.; XIMENES, S. B. Monitoramento do Plano Nacional de Educação no nível municipal: possibilidades e limites. *Revista Caderno Pedagógico*, Curitiba, v. 22, n. 9, 2025. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/17799/10408>
- BATISTÃO, M. B. *Trajetórias vulneráveis: um estudo sobre a educação de jovens em liberdade assistida no município de Santo André*. São Paulo, FEUSP, Mestrado, 2025. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48139/tde-13052025-075024/pt-br.php>
- BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 ago. 1971
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 33–41.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 205–214. Brasília, DF: Senado Federal.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 6 fev. 2026.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação – Ficha Técnica da Meta 9*. Brasília, DF: Inep, ano de acesso. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/> Acesso em: 19 fev. 2026
- BRASIL. Lei nº 14.934, de 25 de julho de 2024. Prorroga, até 31 de dezembro de 2025, a vigência do Plano Nacional de Educação, aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de

junho de 2014. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jul. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114934.htm. Acesso em: 6 fev. 2026.

BRASIL. Projeto de Lei nº 2.614, de 2024. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2443764>. Acesso em: 6 fev. 2026.

BRONZATE, S. T. Políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos: o Programa Integrado de Qualificação desenvolvido pelo Município de Santo André. São Paulo, FEUSP, Mestrado, 2008. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-16062008-142405/publico/DissertacaoSandraTorquato.pdf>

CARREIRA, D.; DI PIERRO, M. C. Impactos da Covid-19 na Educação de Jovens e Adultos: uma revisão da literatura. *Cadernos De Pesquisa*, 55, e11093, 2025. <https://doi.org/10.1590/1980531411093>

COMERLATO, Denise Maria; ALVES, Evandro; SANT'ANNA, Sita Mara Lopes. Introdução ao estudo da demanda potencial para a educação básica de jovens e adultos no estado do Rio Grande do Sul. *Revista Escritos e Escritas na EJA*, Porto Alegre, n. 12, p. 35-51, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/40513>. Acesso em: 6 fev. 2026.

DI PIERRO, M. C. (Coord.) *Um estudo sobre Centros Públicos de Educação de Jovens Adultos no Estado de São Paulo*. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/148/127/638>

GERBELLI C. V. de C. O Fórum Municipal como instrumento de luta e resistência. IN: IN: Rodrigues, I. C. et al. *A educação pública em Santo André: histórias, prática e reflexões de uma rede municipal*. Jundiaí, Paco, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: PNAD Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar da Educação Básica: 2014. Brasília

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar da Educação Básica: 2024. Brasília

MARTINS, I. N. Y. *Um breve panorama da Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre a realidade do município de Mauá*. São Paulo, PUCSP, Mestrado, 2014. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/9772>

RODRIGUES, E. F. *Alfabetização de adultos e educação popular: práticas democráticas da EJA em São Bernardo do Campo (2009-2016)*. São Paulo, PUCSP, Doutorado, 2022. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/26047>

SANTOS, V. M. dos. *O pioneirismo das políticas públicas municipais para alfabetização de jovens e adultos em Diadema/SP: avanços e desafios*. São Bernardo do Campo, UNIMEP, Mestrado, 2015. <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1040>

SILVA, A. P. *Análise das políticas e práticas da EJA, na Secretaria Municipal de Educação, no município de São Bernardo do Campo a partir da perspectiva freireana*. São Paulo, PUCSP, Mestrado, 2012. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/9660>

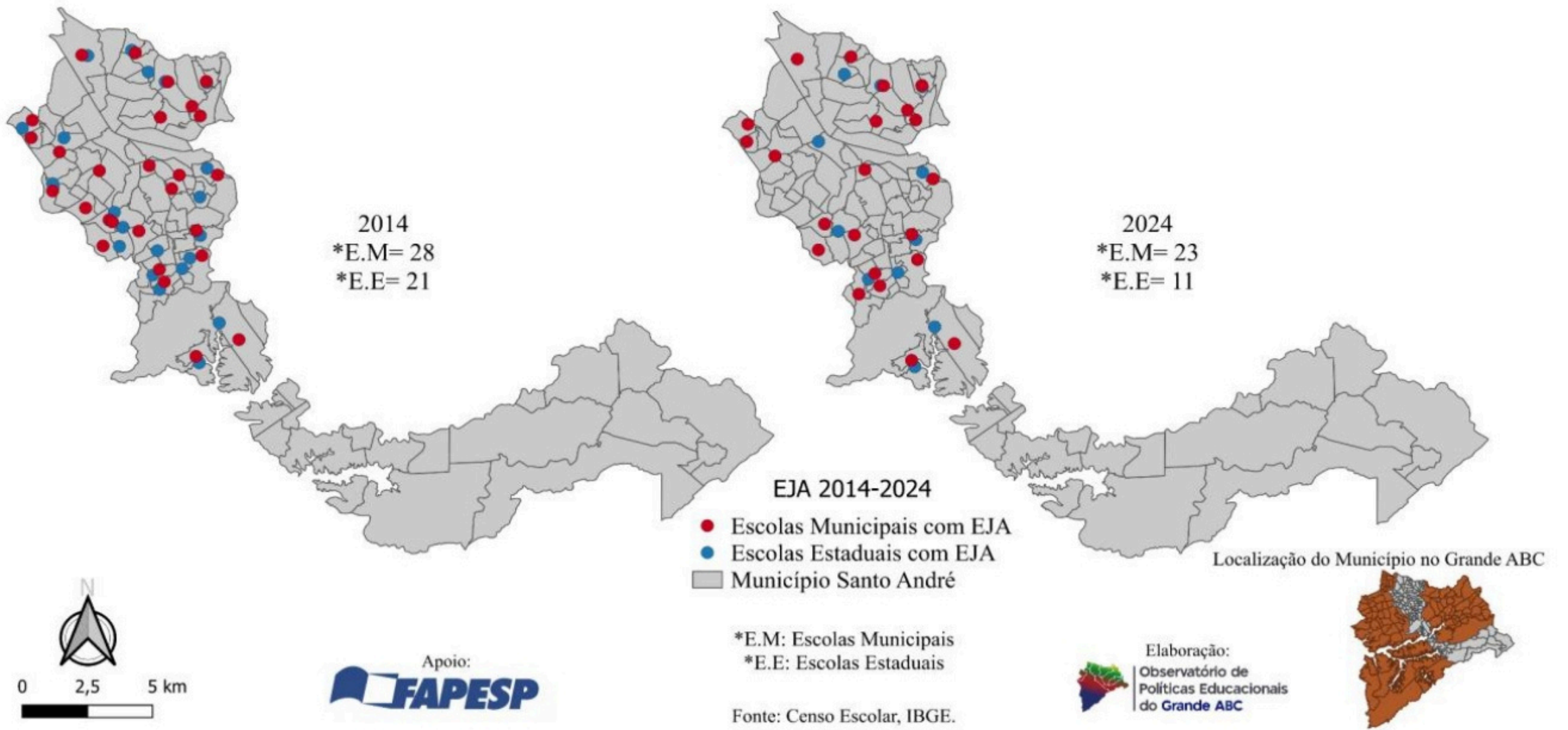
SOUZA, R. S. *A política educacional da administração do Partido dos Trabalhadores em Santo André: a educação de jovens e adultos*. São Paulo, FEUSP, Mestrado, 1994.

ZANARDO, N. D. R. *Uma experiência democrática popular de EJA em São Bernardo do Campo-SP (2009-2016)*. São Paulo, PUCSP, Doutorado, 2022. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/26101>

ANEXO A

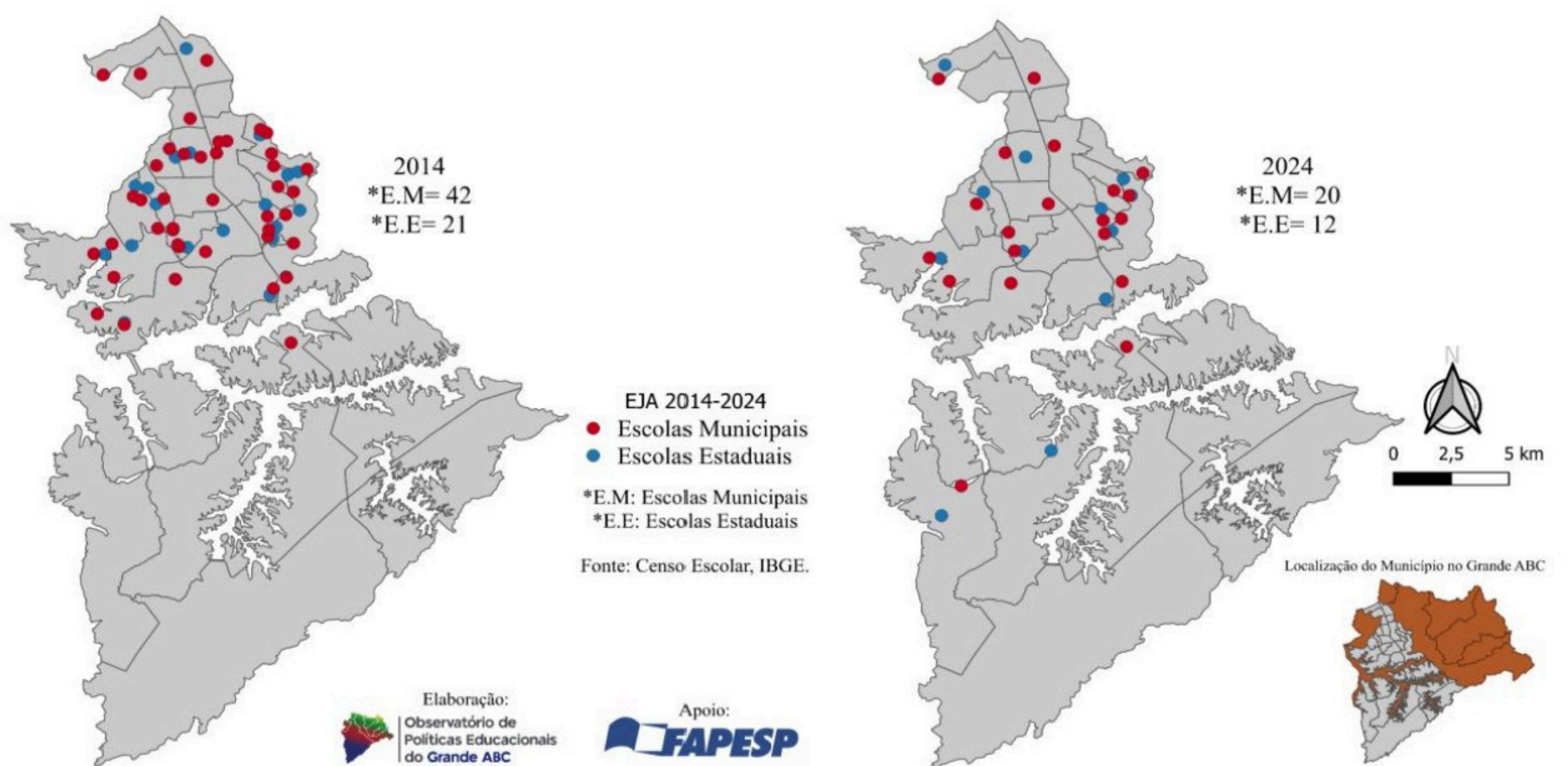
Distribuição espacial da variação de unidades escolares com oferecimento da Educação de Jovens e Adultos, por município.

Santo André



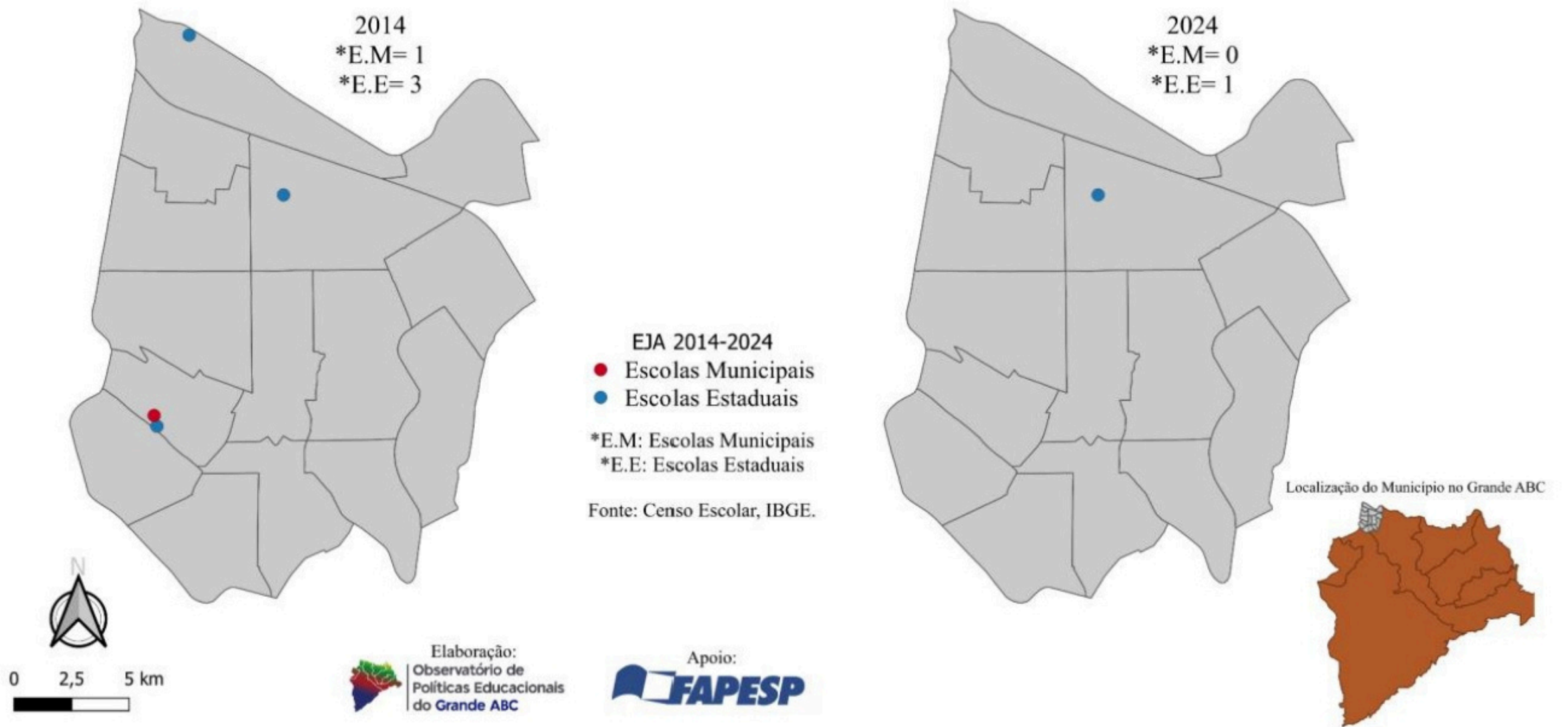
Fonte: Censo Escolar, Censo Demográfico 2022

São Bernardo do Campo



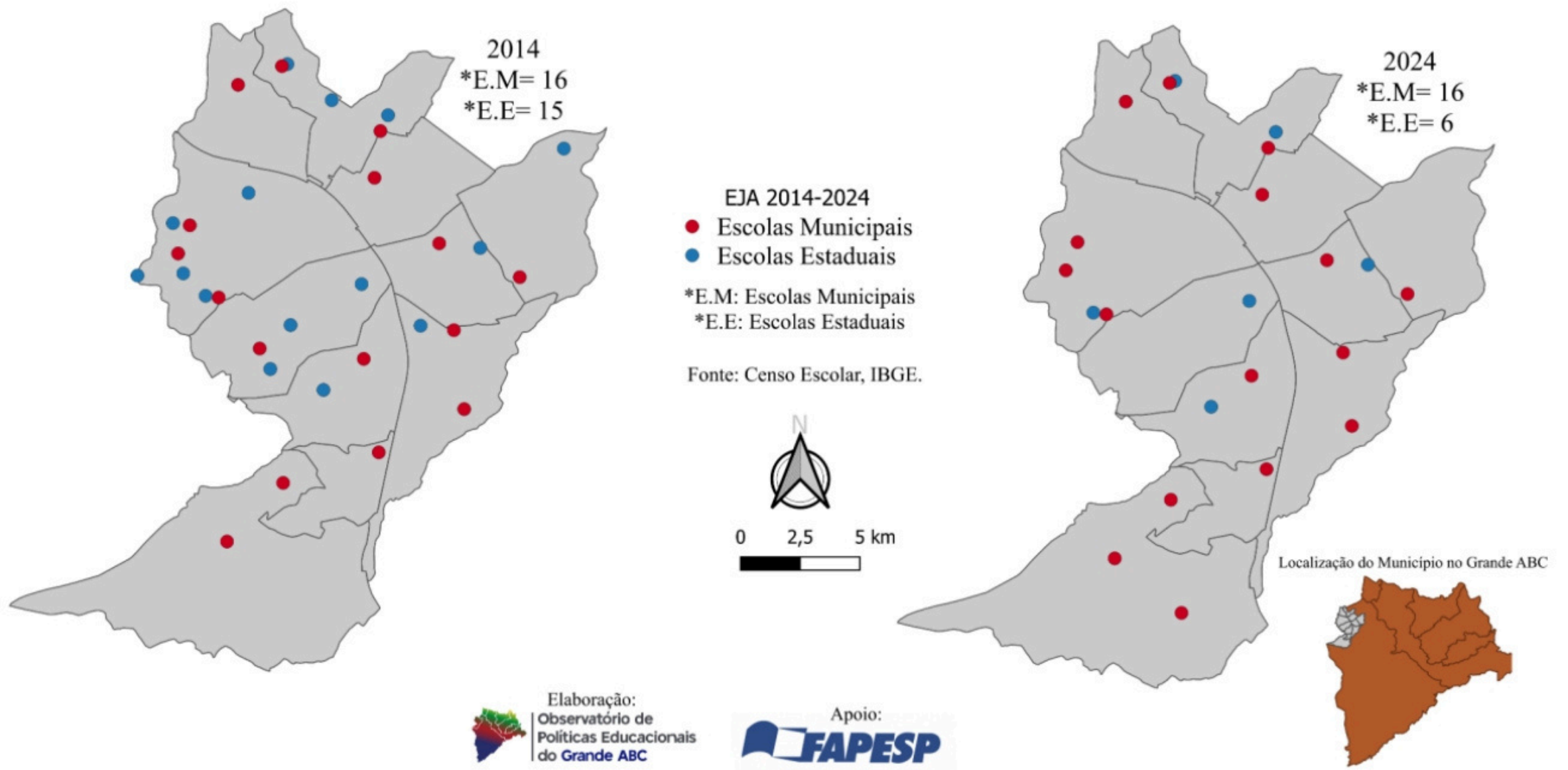
Fonte: Censo Escolar, Censo Demográfico 2022

São Caetano do Sul



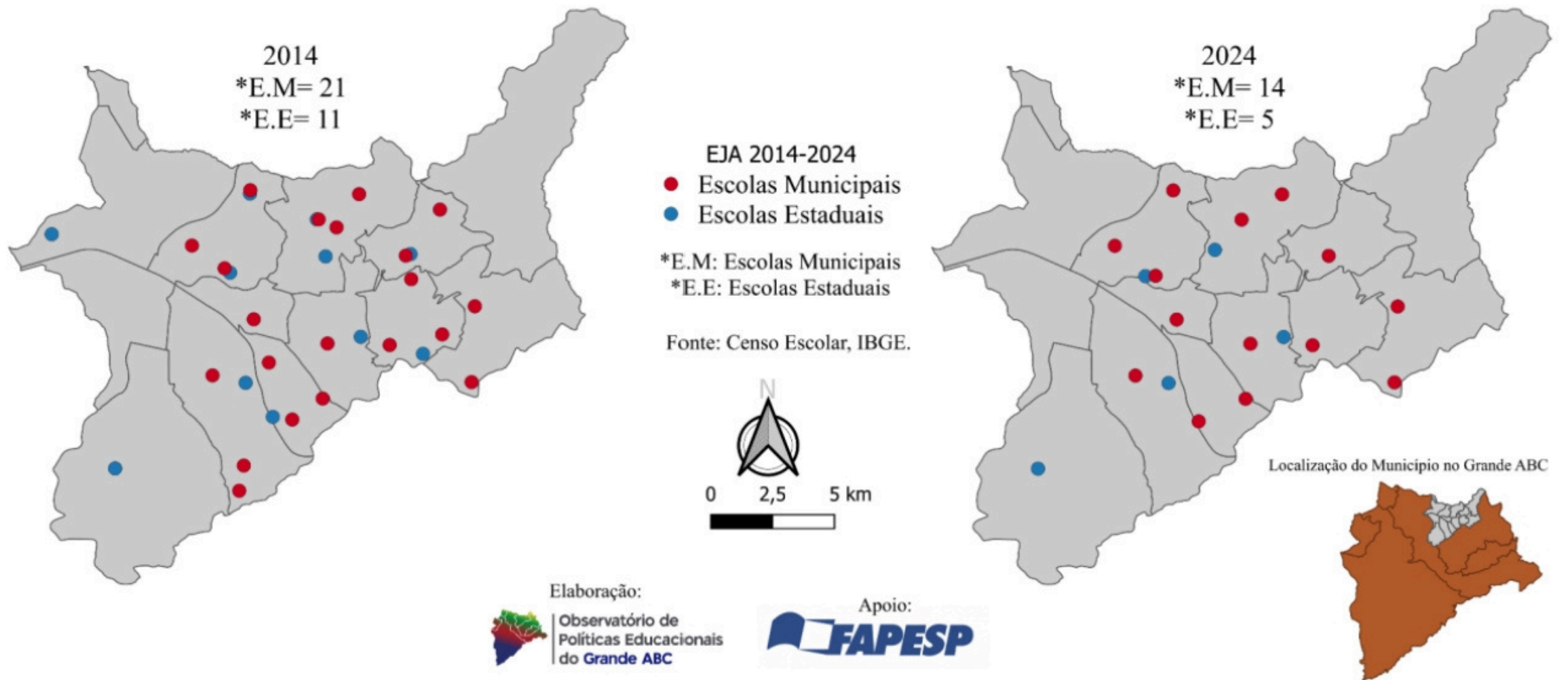
Fonte: Censo Escolar, Censo Demográfico 2022

Diadema



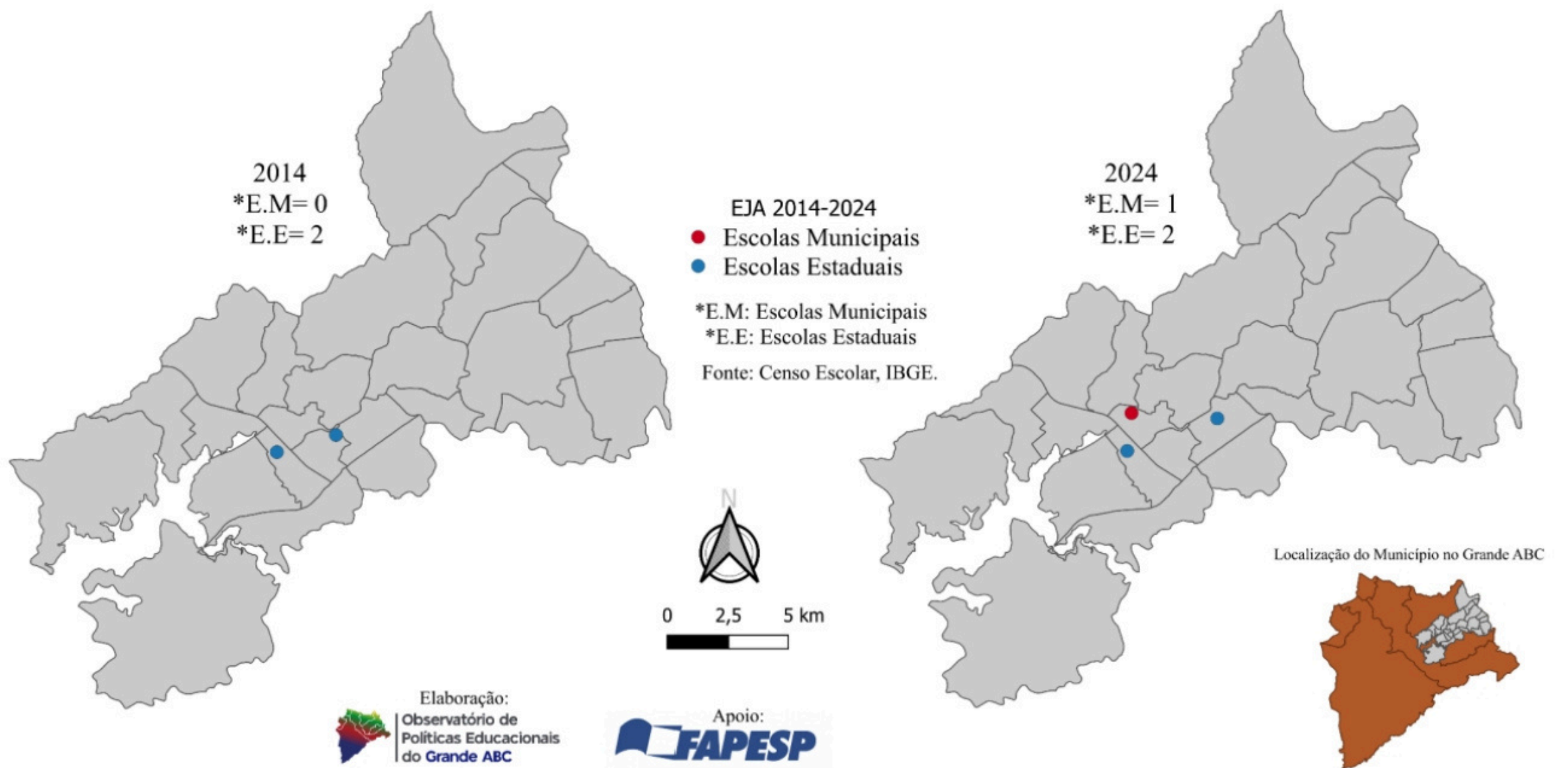
Fonte: Censo Escolar, Censo Demográfico 2022

Mauá



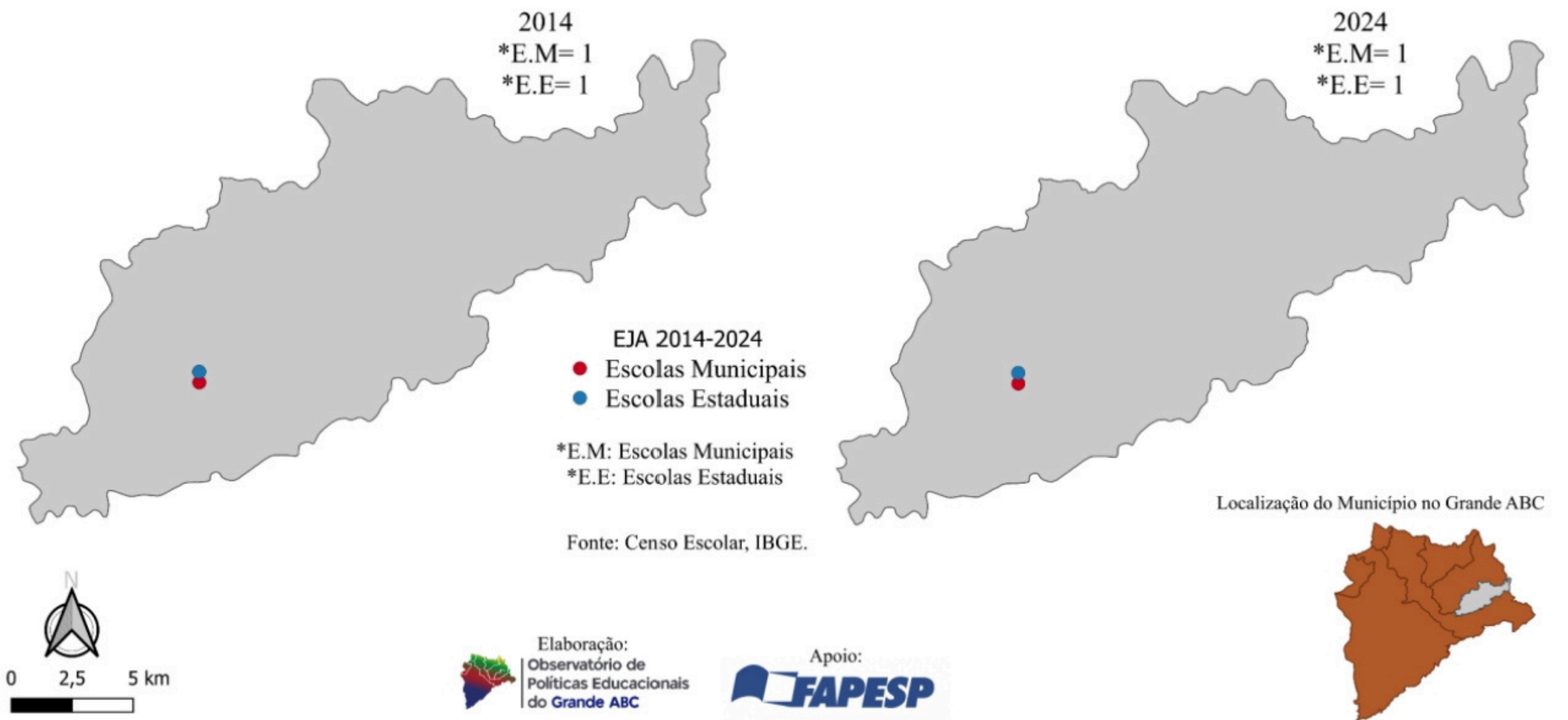
Fonte: Censo Escolar, Censo Demográfico 2022

Ribeirão Pires



Fonte: Censo Escolar, Censo Demográfico 2022

Rio Grande da Serra



Fonte: Censo Escolar, Censo Demográfico 2022

ANEXO B

A EJA nos Planos Municipais de Educação da região do Grande ABC

Assim como o Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), todos os Planos de Educação 2015-2025 das municipalidades do Grande ABC mencionam entre suas diretrizes orientadoras a erradicação do analfabetismo e a universalização do atendimento escolar nas diversas modalidades e etapas da educação básica, o que inclui a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Nesse tópico descrevemos e analisamos as metas e estratégias referentes à EJA nos 7 (sete) planos municipais de educação da Região, abordando o contexto e processo de elaboração, o conteúdo das metas e estratégias específicas e as ações de monitoramento e avaliação decorrentes dos PMEs.

DIADEMA

Contexto e processo de elaboração do Plano Municipal de Educação de Diadema

Diadema possui uma área de 30,732 km² e, segundo estimativas do IBGE para 2024, conta com 404.118 habitantes, alcançando a 2^a maior densidade demográfica do País (12.795 habitantes por km²); é o 16.^o município mais populoso do Estado e o 63^o do Brasil. O adensamento populacional transcorreu no último quarto do século XX em decorrência de fluxos migratórios inter-regionais, configurando o município como cidade dormitório de trabalhadores da região (IOKOI, 2001).

Atendendo à Educação Infantil e à EJA, Diadema resistiu à municipalização em curso no Estado de São Paulo e às perdas orçamentárias decorrentes da implementação do FUNDEF até 1998, quando deu início à constituição da rede própria de atendimento às séries iniciais do Ensino Fundamental, absorvendo progressivamente ao longo dos anos 2000 parte substancial das matrículas até então mantidas pela rede estadual nesta etapa da Educação Básica (JACOMINI et al, 2012).

Conforme o Painel de Estatísticas do INEP, em 2015, às vésperas da elaboração do PME, a rede municipal de ensino de Diadema atendia a Educação Infantil com 12.397 matrículas em pré-escolas e creches de administração direta e conveniadas. Nas séries iniciais do Ensino Fundamental o total de matrículas era de 26.080, com responsabilidade dividida entre os entes federados estadual e municipal. As matrículas nos anos finais do Ensino Fundamental eram 21.999, mantidas sobretudo pela esfera estadual. A oferta de EJA contabilizava 5.359

matrículas, sendo 2.759 de Ensino Médio, sob responsabilidade estadual, e 2.600 para Ensino Fundamental, das quais 2.436 mantidas pela esfera municipal e 164 pela rede estadual.

A construção do Plano Municipal de Educação em Diadema seguiu as orientações da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE) do Ministério da Educação (MEC) mas teve início tardio, em 2016, após cobrança do Ministério Público à gestão do Prefeito Lauro Michels Sobrinho (do Partido Verde). As limitações de prazo acabaram por restringir as consultas para a elaboração do Plano, cuja elaboração centrou-se na Secretaria Municipal de Educação, que constituiu para esse fim uma comissão colegiada, com pouca participação dos profissionais da rede pública, tendo representantes da rede privada de ensino, algumas instituições de ensino superior, membros do Conselho Municipal de Educação e outros conselhos. Dentre os temas polêmicos abordados nesse processo destaca-se a inclusão de metas e estratégias de equidade de gênero, que acabaram por ser obstadas na Câmara por um artigo que veda “*qualquer forma de indução à diversidade de gênero, ideologia de gênero, e orientação sexual de crianças e adolescentes*”, inclusive em materiais pedagógicos ou didáticos.

Análise das METAS da EJA no PME de Diadema

O PME de Diadema buscou alinhamento ao PNE, reproduzindo as metas relacionadas à EJA (Metas 4, 8, 9 e 10), enfatizando os direitos educativos de todos jovens, adultos e idosos, inclusive as pessoas privadas de liberdade e com deficiência. No que concerne à Meta 8, a EJA é vista também como estratégia de reinserção educativa de adolescentes que abandonaram estudos ou têm defasagem na relação idade-série. Especifica nas suas estratégias caminhos para atingir essas metas, comprometendo-se – em colaboração com as demais esferas de governo - com a manutenção e ampliação de oportunidades de alfabetização e continuidade de estudos na EJA nas diferentes etapas da educação básica, com diversificação curricular e integração à educação profissional (mencionando instituições locais como os Centros Públicos de Economia Solidária e a Fundação Florestan Fernandes). Prevê diagnósticos de níveis de alfabetismo e de demanda ativa, chamada pública e busca ativa, e propõe-se assegurar assistência estudantil (inclusive provisão de óculos). Ocupa-se da qualidade, fazendo recomendações para que a formação docente e a proposta pedagógica considerem as especificidades dos educandos, adote uma perspectiva inovadora e interdisciplinar, que garanta a formação para a cidadania.

Monitoramento e avaliação do PME de Diadema

No Relatório de Monitoramento do PME (Diadema, 2023), a SME de Diadema menciona dentre seus programas estruturantes as iniciativas *EJA Mais*, de 2022, que integra itinerários formativos relacionados ao mundo do trabalho nas aulas regulares da EJA, e *EJA na Comunidade*, que descentralizou salas de aula de EJA de Ensino Fundamental mantidas pela rede municipal em espaços comunitários cedidos por organizações sociais. Menciona ainda a EMEB Cora Coralina, única escola municipal exclusivamente voltada à EJA, que até aquele momento mantinha atendimento vespertino e noturno. Mas reconhece o reduzido avanço nas metas relativas à alfabetização, elevação de escolaridade da população jovem e adulta e ampliação da oferta de EJA integrada à educação profissional, atribuindo a estagnação dos indicadores à escassa colaboração das demais esferas de governo.

Referências bibliográficas

DIADEMA. *Relatório de Monitoramento e Avaliação do PME*. Diadema, 2023. <https://portaleducacao.diadema.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/12/Relatorio-de-Monitoramento-e-Avaliacao-do-PME-2023.pdf>

IOKOI, Z. M. G. Alfabetização de crianças, jovens e adultos no município de Diadema. *Estudos Avançados* 15, 2001, p. 187-200. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000200007>

JACOMINI, M. A.; ROSA, C. de O.; ALENCAR, F. W. F. de. Direito, qualidade e gestão da educação no ensino fundamental de nove anos na rede municipal de Diadema. *Educ. Puc.*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 229-239, dez. 2012. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/pdf/edpuc/v17n02/v17n02a09.pdf>

MAUÁ

Contexto e processo de elaboração do Plano Municipal de Educação de Mauá¹¹

Mauá é um município de pequena extensão territorial (61.937 km²), densamente povoado por 418.261 pessoas, segundo o Censo de 2022. Adquiriu autonomia em 1953, quando se emancipou de São Bernardo do Campo. Observou crescimento demográfico acentuado nas décadas de 1960 a 1980, graças à migração inter-regional. Sua economia tem base industrial, sobretudo nos ramos químico e petroquímico. A logística de transportes de cargas e passageiros se beneficia da posição favorável nos sistemas rodovias e ferroviário da Região Metropolitana e interligação com o porto de Santos.

¹¹ Os autores agradecem as informações prestadas pelos servidores municipais e pesquisadores Izaura Naomi Yoshioka Martins e Alex Trajano, que entrevistou a ex-Secretária Municipal de Educação Lairce Aguiar.

A educação municipal começou a se estruturar no início da década de 1980, atendendo exclusivamente a Educação Infantil. O Conselho Municipal de Educação foi criado em 1997. A municipalidade começou a atuar discretamente no Ensino Fundamental em 1992, em rede própria, no segundo mandato do Prefeito Amaury Fioravanti, acolhendo matrículas das séries iniciais e finais, mantendo também uma escola de educação especial e atendimento na EJA, sendo a alfabetização e séries iniciais desenvolvidas no Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos de Mauá (PAJAM) e as séries finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio atendidos pelo Centro Municipal de Ensino Supletivo Clarice Lispector, que à época adotava metodologia de instrução programada, sem frequência obrigatória, matrícula por disciplina e eliminação de matérias. No entanto, a rede municipal sempre respondeu por uma pequena proporção das matrículas do Ensino Fundamental de crianças e adolescentes, pois resistiu às pressões do governo estadual para assinatura de convênio de municipalização e mesmo à indução à municipalização representada pela criação, em 1996, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF, e a consequente perda de receita (SOUZA, 2005).

Em 2015, no ano de elaboração do PME, a rede municipal de ensino de Mauá, atendia a Educação Infantil em creches públicas e conveniadas, e em pré-escolas, com o total de 12.806 matrículas. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental o total de matrículas era de 23.938, sendo que deste total 2.560 matrículas (10,7%) estavam na responsabilidade municipal; as matrículas nos anos finais atingiram 19.362, centradas na responsabilidade estadual, visto que o atendimento municipal se limitou a 470 matrículas (2,4%). A oferta de EJA consistia em 4.400 matrículas, das quais 1.661 (37,7%) sob a responsabilidade municipal, sendo 1.238 no Ensino Fundamental e 423 no Ensino Médio; enquanto a rede estadual mantinha 2.739 matrículas (62,2%), sendo que 818 no Ensino Fundamental e 1.921 ao Ensino Médio. Registraram-se naquele ano 338 matrículas de Educação Profissional.

Ao longo de toda a década, Mauá manteve o mesmo número de unidades de ensino administradas pela municipalidade (65), que continuou a atender prioritariamente a Educação Infantil e subsidiariamente à EJA, mantendo-se quase o mesmo padrão de distribuição de matrículas do Ensino Fundamental entre as redes municipal e estadual.

Análise das METAS da EJA no PME de Mauá

Aprovado em outubro de 2015, na gestão do Prefeito Donisete Braga, o PME de Mauá segue a mesma estrutura do PNE e, como em outros municípios do ABCDMRR, veda a implementação

de programas ou projetos que promovam o que nomeia como “*ideologia de gênero*”. Nas metas e estratégias concernentes à EJA, compila grande parte da redação do PNE, omitindo algumas estratégias relevantes.

Na Meta 3, que visa universalizar o acesso à educação escolar da população de 15 a 17 anos, a estratégia 3.2. prevê a ampliação de vagas “*em cursos diurno e noturno, regulares e supletivos*”; o PME também compila a Meta 3.10. do PNE (renumerada como 3.13.) que inclui adultos e adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola ou que tenham defasagem no fluxo escolar como beneficiários de programas de educação e cultura com qualificação social e profissional.

Na Meta 4, relativa à inclusão educacional das pessoas com deficiência, a estratégia 4.18 do PME reproduz a estratégia 4.12 do PNE (*promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida*), especificando que isso seja feito em centros de convivência; e acrescenta a estratégia 4.10 com vistas à certificação específica do Ensino Fundamental, também na modalidade EJA.

Com respeito à Meta 8, que trata da elevação de escolaridade da população jovem, o PME de Mauá reproduz as estratégias 8.2. e 8.3. do PNE que propõem implementar cursos de alfabetização, EJA integrada à educação profissional e exames de certificação do Ensino Fundamental e Médio, e outras oportunidades de continuidade de estudos para os jovens que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, mas não menciona a busca ativa, como faz o Plano Nacional.

O PME de Mauá modifica a Meta 9 do PNE, relativa à alfabetização de jovens e adultos, propondo elevar a taxa a 98% até 2020, superar o analfabetismo e reduzir o analfabetismo funcional em 50% até o final da vigência do Plano. Mauá aumenta de 12 para 21 estratégias nessa Meta, enfatizando a parceria com outras esferas de governo e instituições sociais na provisão de oportunidades de alfabetização e continuidade de estudos de qualidade, com inclusão digital, mencionando entre os beneficiários a população idosa, mas omitindo a população privada de liberdade.

O Plano também reproduz a Meta 10 do PNE de aumentar a 25% a proporção de matrículas na EJA integradas à Educação Profissional com qualidade, indicando 10 estratégias para sua consecução, mencionando sempre o regime de colaboração com as demais esferas de governo e, neste caso, incluindo como públicos alvo as pessoas com deficiência e a população privada de liberdade.

Monitoramento e avaliação do PME de Mauá

Segundo a Secretária de Educação da época, Lairce Aguiar, foram constituídos grupos de trabalho internos à SME para subsidiar a elaboração do Plano, dentre os quais um especialmente dedicado à EJA, que realizou escuta participativa com professores, gestores e educandos, de modo a respeitar a identidade da modalidade como política pública inclusiva e reparadora, reconhecendo seus desafios históricos e a importância de assegurar o direito à educação ao longo da vida.

O PME de Mauá atribui ao Fórum Municipal de Educação a responsabilidade pelo monitoramento do Plano, sendo previstas com esse fim duas Conferências Municipais durante sua vigência. Não encontramos registro de que tais Conferências tenham sido realizadas. No Portal da Transparência da Prefeitura (<https://www.maua.sp.gov.br/portaltransparencia/fundeb.aspx>) é possível encontrar relatórios bianuais de monitoramento do PME desde 2016 até 2022, que admitem não ter sido realizada busca ativa dos jovens e adultos fora da escola, registram que algumas estratégias voltadas à elevação dos índices de alfabetização e escolaridade estão em andamento e outras não foram iniciadas, constata a redução de matrículas da EJA nas séries iniciais e finais do Ensino Fundamental da EJA, e admitem progresso nulo no incremento de matrículas integradas à educação profissional, pois as estratégias correspondentes não foram implementadas.

Referências bibliográficas

MAUÁ, Prefeitura Municipal. *Relatório anual de monitoramento do PME de Mauá*: período 2016. Mauá, out. 2017.

SOUZA, S. C. de. *Desafios para a construção da autonomia dos Sistemas Municipais de Ensino de Catanduva, Lins e Mauá*. Marília, Unesp, 2005 (Dissertação de Mestrado). <http://hdl.handle.net/11449/96386>

RIBEIRÃO PIRES

Contexto e processo de elaboração do Plano Municipal de Educação de Ribeirão Pires

A estância turística de Ribeirão Pires, emancipada político-administrativamente de Santo André em 1954, tem extensão territorial de 98,972 km² e possui uma ampla reserva ambiental. A população total contabilizada pelo Censo de 2022 foi de 115.559 habitantes.

No ano de 2015, quando da elaboração do PME, a rede municipal de ensino de Ribeirão Pires atendia a Educação Infantil por creches públicas, conveniadas e pré-escolas com um total de 4.251 matrículas; no Ensino Fundamental haviam 2.476 matrículas nos anos iniciais e 854 nos anos finais 854; a oferta de EJA consistia em modestas 23 matrículas no primeiro segmento do Ensino Fundamental. O atendimento da rede estadual de ensino correspondia 13.361 matrículas concentradas no Ensino Fundamental, sendo que nos anos iniciais as matrículas alcançaram 3.951 educandos e nos anos finais 4.764 estudantes; no Ensino Médio foram registradas 4.646 matrículas e havia 647 estudantes matriculados de Educação Profissional de nível técnico; a EJA na rede estadual computava 1.498 matrículas, sendo 425 matrículas no Ensino Fundamental e 1.073 no Ensino Médio.

O processo de elaboração do PME de Ribeirão Pires

O PME de Ribeirão Pires foi elaborado no mandato do Prefeito Saulo Mariz Benevides, do MDB, sob a orientação da Secretária Leonilce Moura, e concluído em julho de 2015. O processo se centrou na Secretaria Municipal de Educação e o texto final manteve rigoroso alinhamento às proposições do PNE, indicando a conveniência de adoção de estratégias intersetoriais e enunciando a expectativa de colaboração com os demais entes federados.

Como membro do Consórcio Regional do ABCDMRR, Ribeirão Pires contou com o diagnóstico da realidade educacional dos municípios da região elaborado pela Universidade Municipal de São Caetano e o Diário do Grande ABC, com apoio do movimento Todos Pela Educação (Farias, 2016, p. 39).

A EJA no Plano Municipal de Educação de Ribeirão Pires

O Plano Municipal de Educação de Ribeirão Pires refere-se à EJA nas Metas 3, 4, 8, 9 e 10, com enunciados que replicam os termos do PNE, salvo a redação da estratégia 10.1., em que se explicita a expectativa de colaboração do governo estadual para a provisão de formação profissional inicial e continuada integrada à EJA no segundo segmento do Ensino Fundamental.

O Plano de Ribeirão Pires replica com o número 3.8 a Meta 3.10. do PNE que inclui adultos e adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola ou que tenham defasagem no fluxo escolar como beneficiários de programas de educação e cultura com qualificação social e profissional. Também replica com o número 4.11 a estratégia 4.12 do PNE (*promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida*). Reproduz, igualmente, a estratégia 8.2. do PNE que propõe institucionalizar a EJA para os jovens que estejam fora da escola e com defasagem idade e série, associado a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

Na meta 9, relativa à alfabetização dos jovens e adultos, o PME de Ribeirão Pires eleva o índice a ser alcançado em 2016 para 98%, e seleciona 6 das 12 estratégias do PNE, deixando de fora as de transferência de renda, chamada pública e busca ativa, atendimento à população privada de liberdade, incentivos aos empregadores e capacitação tecnológica de educandos.

O PME também se compromete com a meta 10 do PNE de que 25% das matrículas na EJA sejam integradas à Educação Profissional, mas se limita a 5 estratégias com esse fim, propondo parceria com o governo estadual para implementar tal integração na EJA de Ensino Fundamental.

Monitoramento e avaliação do PME de Ribeirão Pires

O artigo 5º do PME de Ribeirão Pires responsabiliza a Secretaria Municipal de Educação (SME) e o Conselho Municipal de Educação (CME) pelo monitoramento contínuo e avaliação periódica do PME, e seu § 2º compromete a SME a publicar relatórios a cada 2 anos; o art. 6º, por sua vez, prometia que o Município, em conjunto com as demais esferas federativas, organizaria a cada 4 anos Conferência Municipal para monitorar e avaliar o Plano, com ampla participação.

Não encontramos registro de relatórios, conferências ou de outras instâncias de monitoramento no decênio que sucedeu à aprovação do PME.

RIO GRANDE DA SERRA

Contexto e processo de elaboração do PME de Rio Grande da Serra

Rio Grande da Serra é um antigo distrito de Ribeirão Pires, que conquistou autonomia em 1964. Com extensão territorial de 36,341 km², possui reservas de Mata Atlântica e proteção de mananciais, tem atividades direcionadas para o ecoturismo, serviços e alguns ramos industriais. A população de Rio Grande da Serra, segundo o Censo de 2022, era de 44.170 habitantes.

De acordo com o PME, em 2015 o Município contava com 27 escolas de Educação Básica, sendo 12 municipais, 12 estaduais (sendo uma delas uma ETEC inaugurada naquele ano) e 3 particulares. Segundo o INEP, por ocasião da elaboração do PME Rio Grande da Serra registrava 8.741 matrículas na Educação Básica, a maior parte das quais mantidas pelo Estado. A municipalidade assumia a provisão da maior parte das matrículas da Educação Infantil em creches (com 498 matrículas) e pré-escolas (com 978 matrículas), que eram complementadas pela rede privada com 116 matrículas em creches e 158 em pré-escolas. O município mantinha também 98 matrículas nas séries iniciais do Ensino Fundamental e 64 matrículas das séries finais da EJA de Ensino Fundamental. Todo o demais atendimento público na Educação Básica era realizado pela rede estadual de ensino, que mantinha 4.624 de Ensino Fundamental, 1.950 matrículas de Ensino Médio, 100 de Educação Profissional e 164 matrículas de EJA, sendo 61 de Ensino Fundamental e 103 de Ensino Médio¹².

O PME de Rio Grande da Serra baseou-se em um documento base elaborado internamente à Secretaria Municipal de Educação por uma Comissão especialmente designada pelo Decreto Municipal 2.283 de 15 de abril de 2015, que foi submetido a uma Conferência Municipal em maio daquele ano, da qual participaram professores(as) do município. Em seguida o documento foi analisado na Câmara Municipal, que suprimiu do documento qualquer referência às questões de equidade de gênero.

Monitoramento e avaliação

O Plano previu, em seu art. 5º, o monitoramento contínuo e avaliação periódica de suas metas e estratégias por parte da Secretaria Municipal de Educação, da Câmara de Vereadores e do Conselho Municipal de Educação. Previu também no art. 6º § único a realização de duas conferências durante a vigência do Plano, com intervalo de quatro anos entre elas, visando o

¹² Fonte: INEP. Painéis Estatísticos do Censo Escolar.

monitoramento e avaliação “*com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil*”. No entanto, não localizamos registro de que tal monitoramento e avaliação tenham sido efetivados.

A EJA no Plano Municipal de Educação de Rio Grande da Serra

O PME de RGS alinha-se às 20 Metas do PNE, mas nem sempre compila sua redação, evidenciando um esforço de adequação ao contexto local. A EJA é mencionada nas metas 4, 8, 9 e 10.

Na Meta 4, relativa ao atendimento dos direitos educativos das pessoas com deficiência, a estratégia 4.15 propõe “*Desenvolver ações em espaços diversos da cidade para o atendimento de jovens e adultos com deficiência, que já frequentam a EJA a muitos anos, de forma a assegurar o direito à atenção nas várias dimensões humanas, ao longo da vida (a exemplo da Universidade da Terceira Idade) que articule instituições e políticas públicas da saúde, assistência social e direitos humanos em parceria com as famílias e/ou responsáveis. Podendo o atendimento ser concomitante ou subsequente ao processo de escolarização*”.

Na Meta 8, que trata da elevação de escolaridade dos jovens de 18 a 29 anos com equidade, o PME de RGS indica a adoção de políticas intersetoriais envolvendo a educação e as áreas de saúde, assistência social e proteção à juventude em situação de vulnerabilidade social, com vistas à redução da defasagem idade série. A estratégia 8.2 propõe “*Garantir na vigência deste plano, que 15% das vagas da EJA sejam destinadas, prioritariamente, para jovens e adultos com idade entre 18 e 29 anos beneficiários dos programas sociais. Assegurando programas e estratégias que levem estes jovens e adultos à continuidade da escolarização: na alfabetização, nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e no ensino médio*”; na estratégia 8.3 compromete-se a “*Garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio em regime de colaboração entre os três entes federados*”; e na estratégia 8.6. compromete-se a “*Criar um cadastro de demanda ativa que forneça informações para o monitoramento da frequência e das necessidades a serem garantidas para a permanência dos alunos em todas ações que compõem a política educacional da EJA no município*”.

Como o Município já havia alcançado 94,3% de alfabetização, o PME de RGS elevou a Meta 9 para 96,6% dos jovens e adultos alfabetizados até 2020. As dez estratégias indicadas para a consecução dessa Meta focam na busca ativa, garantia de oferta presencial diurna e noturna de alfabetização e continuidade de estudos com qualidade, provisão de alimentação e transporte,

política que incorpore as práticas dos movimentos sociais, proposta pedagógica emancipadora que valorize as experiências dos educandos, e parcerias que permitam promover a economia solidária e o empreendedorismo.

O PME de RGS reproduz a Meta 10 do PNE e, para alcançar 25% das matrículas da EJA integradas à educação profissional, indica oito estratégias de ampliação do atendimento (com inclusão das pessoas com deficiência), sem indicar claramente responsabilidades, mencionando expectativa de financiamento das esferas estaduais e municipais.

SANTO ANDRÉ

Contexto de elaboração do PME de Santo André

Povoada pelos colonizadores desde os primeiros anos da presença portuguesa no sudeste brasileiro, Santo André desenvolveu-se como núcleo urbano-industrial a partir da ferrovia São Paulo Railway (1860) e da Usina hidrelétrica da Light (1907). A industrialização atraiu migrantes e o crescimento populacional e econômico gerou demandas educacionais, de modo que já na primeira metade do século XX foram criados os primeiros grupos escolares e escolas de formação profissional. A rede municipal de ensino começou a se estruturar entre as décadas de 1950 e 1980, atendendo sobretudo à educação pré-escolar (CANDIDO, 2022).

Por ocasião do Censo de 2022, Santo André registrou uma população de quase 749 mil habitantes, altamente concentrados na zona urbana do extenso município de quase 175km², cuja zona rural compreende o distrito de Paranapiacaba e outras áreas de proteção ambiental de mananciais e remanescentes da Mata Atlântica. Trata-se de localidade com elevado desenvolvimento socioeconômico, sustentado originalmente nas indústrias metalúrgica e automotiva, e atualmente mais diversificado em favor dos setores de comércio e serviços.

Quando o FUNDEF entrou em vigor, em 1997, Santo André subsidiava quase 2 mil crianças pequenas em creches assistenciais e mantinha 12 creches municipais diretas e mais de 15 mil crianças em escolas municipais de educação infantil (EMEI), além de 2.646 jovens e adultos em 24 núcleos que ofereciam alfabetização e anos iniciais do Ensino Fundamental. Além das escolas de Ensino Médio, o Estado atendia quase 91 mil crianças e adolescentes que cursavam o Ensino Fundamental e 7.025 jovens e adultos que cursavam os anos finais do Ensino Fundamental. Essa divisão de responsabilidades se alterou substancialmente com a vigência do

Fundo, que induziu o Município a aderir à política de municipalização do Ensino Fundamental (ROCHA, 2022, p. 24), mediante a expansão da própria rede e a absorção de escolas estaduais¹³.

De acordo com o Painel de Estatísticas do Censo Escolar do INEP, por ocasião da elaboração do PME, em 2015, o Sistema de Ensino Municipal de Santo André atendia a Educação Infantil com 14.945 matrículas, além do Ensino Fundamental com 18.070 matrículas do I segmento e a EJA de Ensino Fundamental com 3.037 matrículas. O atendimento da rede estadual apresentava 13.157 matrículas nos anos iniciais do Ensino Fundamental e nos anos finais as matrículas atingiram o total de 24.011; no Ensino Médio totalizaram 22.306 atendimentos; na Educação Profissional as matrículas foram 2.304; e na EJA as matrículas totalizaram 2.185, concentradas no Ensino Médio.

Construção e monitoramento do Plano Municipal de Educação de Santo André

A elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) de Santo André transcorreu ao longo de nove meses, desde o diagnóstico inicial até a aprovação na Câmara, no mandato do Prefeito Carlos Grana, do Partido dos Trabalhadores (PT). Tratou-se de processo participativo, de que foi parte a constituição do Fórum Municipal de Educação em novembro de 2014 e, após a aprovação do Plano, do Comitê Municipal de Articulação Interfederativo (GERBELLI, 2022, p. 321-323). Segundo o relatório elaborado ao final da gestão, os objetivos foram: elaborar um diagnóstico da cidade para subsidiar a construção do PME; mobilizar a sociedade civil e os profissionais da educação para participarem desse processo; e, assim, construir o PME para o período de 2015 a 2025 visando uma educação de qualidade e com a participação efetiva dos envolvidos.

Após três meses de elaboração de diagnóstico, ocorreram dois encontros aos sábados, com participação de professores da rede municipal, estadual e demais membros da sociedade civil, com fito de apropriação do Plano Nacional de Educação. A etapa seguinte compreendeu encontros nas quatro macrorregiões, com o propósito de discutir e apresentar propostas ao PME; essa etapa teve participação mais ampla de gestores, professores, funcionários da educação, pais, alunos e representantes de organizações não governamentais. A quarta etapa foi a conferência municipal para apresentação do documento final. A quinta e última etapa foi a apresentação do Plano à Câmara de Vereadores, que contou com a participação dos conselheiros

¹³ Segundo Rosa e Ribeiro (2025), houve dois ciclos de municipalização: em 2010, 6 escolas estaduais foram incorporadas à rede municipal; em 2021, o mesmo ocorreu com outras 17.

mirins das escolas municipais, do Movimento de Alfabetização de Adultos de Santo André (MOVA) e de diversos atores que participaram do processo de elaboração do PME. A sexta etapa foi o acompanhamento do processo de aprovação na Câmara de Vereadores (SANTO ANDRÉ, 2015). Nessa última instância, foram incorporados os Artigos 13 e 14 do Plano, que vedam a produção de material didático e o tratamento de questões de diversidade de gênero e orientação sexual.

Segundo Ferreira (2018), documentos internos de avaliação de 2015 mencionam como dificuldades a não participação da rede estadual na construção do Plano e as discussões corporativistas.

Análise das METAS da EJA no PME de Santo André

O PME de Santo André toma como referência as Metas da Lei 13.005/2014 que instituiu o PNE, mas amplia e especifica as estratégias de modo a adequá-las ao contexto e às parcerias locais. Refere-se à EJA nas Metas 3, 4, 8, 9 e 10.

A Meta 3, relativa aos direitos educativos dos adolescentes de 15 a 17 anos, menciona a EJA na estratégia 3.7, como parte da oferta de Ensino Médio, que deveria ser redimensionada nos períodos diurno e noturno para melhor atender a demanda.

Na Meta 4, os jovens e adultos com deficiência são incluídos como sujeitos da educação especial, especificando na estratégia 4.15 a oferta complementar à educação escolar de jovens e adultos de oportunidades de educação não formal, em *“articulação com instituições e políticas públicas da saúde, assistência social e direitos humanos em parceria com as famílias e/ou responsáveis”*.

Com respeito à Meta 8, que trata da elevação da escolaridade dos jovens de 18 a 29 anos com equidade, a estratégia 8.6 propõe a criação de *“um cadastro de demanda ativa que forneça informações para o monitoramento da frequência e das necessidades a serem garantidas para a permanência dos(as) alunos(as) em todas as ações que compõem a política educacional da EJA no município”*; a estratégia 8.2. estabelece a reserva de 15% das vagas da EJA para pessoas em situação de vulnerabilidade desse grupo de idade, e a 8.3. estipula a realização de exames de certificação (o que já está previsto na LDB).

Como Santo André já atingira a meta nacional, o PME eleva para 98,6% dos jovens e adultos a Meta 9 de alfabetização até 2020, e sua universalização até o fim do ciclo, prevendo a redução em 50% do analfabetismo funcional. As 21 estratégias desenhadas para alcançar esses fins

envolvem a realização de chamada pública, apoio a programa federal de auxílio pecuniário, parceria com as entidades sociais (por meio do Movimento de Alfabetização – MOVA), a constituição de turmas com pequeno número de alunos, a garantia de continuidade de estudos nas demais etapas da Educação Básica, inclusive para pessoas privadas de liberdade; a garantia de assistência (alimentação, transporte, saúde ocular e odontológica); a promoção de formação tecnológica, em economia solidária e empreendedorismo; a valorização dos saberes dos idosos; dentre outras providências.

A Meta 10 previu a implementação progressiva (5% ao ano) para que ao final do decênio se alcance 25% de matrículas de EJA integrada com a Educação Profissional, mediante estratégias de implementação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA/FIC), ampliação e qualificação dos Centros Públicos de Educação Profissional, garantindo acesso às pessoas com deficiência e privadas de liberdade.

Monitoramento e avaliação

O PME de Santo André previu, no Art. 4º § único, a criação de um Observatório municipal da Educação para monitorar o alcance das metas, e no Art. 5º compartilhou a responsabilidade pelo monitoramento do Plano entre a Câmara de Vereadores, a Secretaria, o Conselho e o Fórum Municipal de Educação¹⁴; comprometendo-se a publicar a cada dois anos estudos de balanço e a realizar pelo menos duas Conferências para o acompanhamento do Plano. De fato, as Conferências foram realizadas, e no site da Prefeitura é possível encontrar relatórios anuais, com monitoramento dos indicadores selecionados para cada uma das Metas do PME¹⁵.

Referências bibliográficas

Cândido, L. G. *A criação da Rede Municipal de Educação de Santo André: das primeiras escolas à implantação do Centro Educacional, Assistencial e Recreativo - CEAR (1954 – 1982)*. Guarulhos, UNIFESP, 2022 (Dissertação de Mestrado) <https://repositorio.unifesp.br/items/26779f15-7e13-40c5-9a8d-380ed31a8b5a>

Ferreira, R. A. *Plano Municipal de Educação: Perspectivas do Conselho Municipal de Educação de Santo André*. São Paulo, UNICID, 2018 (Dissertação de Mestrado).

Gerbelli, C. V. de C. O Fórum Municipal como instrumento de luta e resistência. IN: IN: Rodrigues, I. C. et al. *A educação pública em Santo André: histórias, prática e reflexões de uma rede municipal*. Jundiaí, Paco, 2022.

¹⁴ <https://sites.google.com/view/santoandre-fme>

¹⁵ <https://web.santoandre.sp.gov.br/portal/secretarias-paginas/175/plano-municipal-de-educacao/>

Rocha, S. O planejamento e a gestão da política de educação inclusiva em Santo André: uma questão democrática (1997-2000). IN: Rodrigues, I. C. et al. *A educação pública em Santo André: histórias, prática e reflexões de uma rede municipal*. Jundiaí, Paco, 2022.

Rosa, S. S. da; Ribeiro, R. F. A municipalização do ensino em Santo André-SP (2010/2021): Impactos na gestão escolar. *Cadernos De Pesquisa*, 55, 2025, e11550. <https://doi.org/10.1590/1980531411550>

SÃO BERNARDO DO CAMPO

Contexto de elaboração do PME de São Bernardo do Campo

A história de São Bernardo do Campo (SBC) remonta ao início da colonização portuguesa no sudeste brasileiro (1553), mas a autonomia municipal só se efetivou em 1945. O mais populoso município do Grande ABC registou no último Censo Demográfico 810.729 habitantes (Brasil, 2022). Ocupa uma área de 409,5 km², compreendendo zona rural com unidades de proteção ambiental de remanescentes de Mata Atlântica e mananciais que abastecem a Represa Billings. Berço das indústrias automobilística e automotiva do país, o município registra elevada densidade demográfica - 1.979,65 habitantes por km² - e PIB per capita de R\$ 68.571,36 em 2022.

São Bernardo do Campo atuava na educação infantil desde os anos 1960, e aderiu ao convênio de municipalização proposto pelo governo do Estado em 1998, concluindo em 2004 o processo de transferência das séries iniciais do Ensino Fundamental para o Município.

Como na maioria dos municípios brasileiros, a atuação na EJA se inicia na década de 1980 com a alfabetização em convênios com o Mobral e a Fundação Educar; na década de 1990 o Município cria seu próprio programa de Alfabetização e Cidadania (ROSA, 2011), em parceria com o Instituto Metodista de Ensino Superior e, a partir de 1998, amplia o atendimento na EJA para as séries finais do Ensino Fundamental.

No período de construção do Plano Municipal de Educação (PME) a municipalidade possuía 175 escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, sendo que desse total 33 EMEBS atendiam a EJA e 8 unidades escolares possuíam atendimento exclusivo para EJA integrada com a Educação Profissional nos períodos, manhã, tarde e noite. Em 2015, a SME atendia na Educação Infantil 29.996 matrículas; nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em tempo parcial e integral, atingiu 45.488 matrículas; a oferta de EJA nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental somava 4.394 matrículas. O atendimento na rede estadual concentrava-se nos anos finais do Ensino Fundamental com 31.959 matrículas e no Ensino Médio com 30.138

matrículas; nessa rede a oferta de EJA atingiu 3.457 matrículas no Ensino Médio e a oferta de Educação Profissional alcançou 3.217 matrículas.

O PME foi elaborado durante a gestão do Prefeito Luiz Marinho, do Partido dos Trabalhadores (PT). Sua construção foi iniciada pelo Conselho Municipal de Educação (CME), mediante dez pré-conferências territoriais para análise de diagnóstico elaborado pelo Observatório da Educação do Grande ABC, a pedido do Consorcio Intermunicipal. As pré-conferências formularam propostas apreciadas pela Conferência Municipal, que aprovou o PME em outubro de 2015, alinhado às Metas e Estratégias do PNE 2014-2024, lei 13.005/2014.

Análise das METAS da EJA no PME de São Bernardo do Campo

O PME de SBC não se restringe a reproduzir metas do PNE, mas amplia suas estratégias, contudo não explicita as responsabilidades por efetivá-las. O documento refere-se explicitamente à EJA nas Metas 4, 8, 9, 10, mas já na Meta 3, relativa à universalização do atendimento dos adolescentes de 15 a 17 anos se propõe *“fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, e de adultos, com qualificação social e profissional, com base específica na necessidade regional, para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar”*.

Na Meta 4, referente à educação de pessoas com deficiência, o PME replica o PNE na estratégia 4.14 que assume o compromisso de *“promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida”*.

Na Meta 8, relativa à elevação da escolaridade dos jovens de 18 a 29 anos com equidade, o PME recupera seis estratégias indicadas no PNE visando o acesso, permanência e progressão escolar com busca ativa, correção de fluxo e certificação via exames.

A Meta 9 propõe erradicar o analfabetismo até o final da vigência do Plano, sem especificar meta intermediária e, como no PNE, reduzir em 50% o analfabetismo funcional. As 14 estratégias indicadas qualificam aquelas mencionadas no PNE, envolvendo: diagnóstico de níveis de alfabetismo; chamada pública, busca ativa e incentivo a empregadores; oferta de alfabetização e continuidade de estudos, com integração à educação profissional; atendimento aos idosos e pessoas com deficiência; programas suplementares de assistência (alimentação,

transporte, saúde ocular, transferência de renda); apoio à inovação pedagógica na perspectiva da educação popular; e formação específica de educadores, com engajamento de instituições de ensino superior.

Com vistas a alcançar 25% das matrículas da EJA integradas à Educação Profissional, a Meta 10 propõe manter e ampliar a articulação já existente na política municipal de EJA com ofertas de Educação Profissional em parcerias com sindicatos, ONGs, outras redes públicas e privadas, fomentando políticas intersetoriais de trabalho, renda e assistência, incluindo a provisão de qualificação profissional para população com deficiência e pessoas privadas de liberdade.

Monitoramento e avaliação

O monitoramento do PME de SBC¹⁶ tem sido realizado por uma Comissão Técnica composta por membros do CME e da SME que estabeleceu indicadores para aferir a evolução em direção às Metas e apresentou Relatórios para os anos 2016, 2018, 2020 e 2022, registrando a persistência de desigualdades socioeconômicas na progressão ao longo da educação básica, avanços modestos na alfabetização e frustração da meta de articulação da EJA com a Educação Profissional.

Referências Bibliográficas

Rosa, A. C. S. da. *De movimento social comunitário à institucionalização: análises sobre o Programa Municipal de Alfabetização e Cidadania – PROMAC*. Araraquara, Unesp, Doutorado, 2011. <http://hdl.handle.net/11449/101522>

SÃO CAETANO DO SUL

Contexto de elaboração do PME de São Caetano do Sul

São Caetano do Sul (SCS) é município autônomo desde 1949, com pequena extensão territorial (apenas 15,3 km²), altamente urbanizado e gentrificado¹⁷, com população de 165 mil habitantes, renda per capita elevada em relação às médias regional, estadual e nacional, ocupando a 2ª posição no ranking nacional de desenvolvimento humano (0,8882 em 2022, segundo o IBGE). O município apresentou a maior média nacional de anos de estudos no Censo de 2022: 12,7 anos.

¹⁶<https://educacao.saobernardo.sp.gov.br/plano-municipal-de-educacao/relatorio-de-monitoramento-do-plano-municipal-de-educacao.html>

¹⁷ <https://ea.ffeilch.usp.br/conceito/gentrificacao>

Por ocasião da elaboração do PME, em 2015, a rede municipal de ensino de SCS era constituída por 38 EMEIs, 16 das quais atendiam em período integral; 17 EMEFs, 6 em período integral; e 3 EMEFMTs (Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio Técnico). Essa rede atendia na Educação Infantil 5.089 matrículas; nos anos iniciais do Ensino Fundamental, registrou 6.312 matrículas em tempo parcial e integral; nos anos finais do Ensino Fundamental as matrículas atingiram o total de 4.899, e no Ensino Médio 1.642 matrículas; à época o município tinha 441 matrículas na EJA. A rede estadual de ensino atendia ao 2º segmento do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio em 11 escolas, e mantinha matrículas na EJA em 3 dessas unidades de ensino. A rede estadual atuava principalmente nos anos finais do Ensino Fundamental com 2.080 matrículas e Ensino Médio com 4.462 matrículas, além de registrar 1.520 matrículas na Educação Profissional; o atendimento na EJA alcançou 497 matrículas, das quais 410 registradas no Ensino Médio.

O PME de SCS foi elaborado ao longo de 18 meses durante o mandato do Prefeito Paulo Nunes Pinheiro, do PMDB. De acordo com Farias (2016, p. 25), a elaboração do Plano foi encabeçada pelo Conselho Municipal de Educação (CME), que formou comissões e convocou audiências públicas (seguindo orientações da SASE/MEC), consolidando o documento que foi encaminhado à Câmara Municipal. A etapa preliminar de diagnóstico foi facilitada pela produção de subsídios do Observatório da Educação do Grande ABC, organismo formado pela Universidade Municipal de São Caetano e o Diário do Grande ABC, com apoio do movimento Todos Pela Educação (Farias, 2016, p. 39).

O processo teve início no primeiro semestre de 2014, quando foram constituídas 7 comissões de trabalho que elaboraram um documento preliminar, discutido publicamente em 30/07/2014 com a presença de 112 pessoas. Em agosto de 2014 as 20 metas do PNE foram discutidas por comissões formadas preponderantemente por professores da rede pública (exceto a Meta 4, relativa à educação especial, em que houve maior participação de organizações da sociedade civil), material este consolidado por técnicos da SME e conselheiros do CME em um texto submetido à Câmara Municipal em maio de 2015. O Plano tramitou sem maiores contestações e foi sancionado em 18/06/2015 como Lei Municipal 5316/2015, que responsabiliza o Fórum e o Conselho Municipal de Educação pelo monitoramento e avaliação, prevendo reuniões anuais e reavaliações quinquenais. Até junho de 2016, no entanto, o Fórum Municipal não havia sido constituído, sob alegação de que seria necessário aprovar lei complementar para regular sua composição e funcionamento.

A EJA no Plano Municipal de Educação de São Caetano do Sul

A EJA é mencionada no PME de SCS nas metas 3, 4, 8, 9 e 10.

Na Meta 3, relativa à educação dos jovens de 15 a 17 anos, o PME assume como responsabilidade municipal a oferta do Ensino Médio (o que supõe o pleno atendimento das etapas anteriores), e replica a estratégia 3.10 do PNE (*Fomentar programas de educação e de cultura para a população de jovens, na faixa etária de 15 a 17 anos, e de adultos com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem*).

Quanto à Meta 4, relativa à educação das pessoas com deficiência, também compila o PNE, exceto por mudança de linguagem (ao invés de referir-se a transtornos globais do desenvolvimento, opta pela expressão transtornos do espectro autista), mencionando na estratégia 4.12. a *“articulação intersetorial entre órgãos e políticas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos do espectro autista com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida”*.

Replica também a Meta 8 do PNE - relativa à elevação de escolaridade da população jovem com equidade racial, socioeconômica e territorial – e a maior parte de suas estratégias, comprometendo-se a *“promover a busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude”* (estratégia 8.5) e a *“implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, em todos os períodos do dia (manhã, tarde e noite) enquanto houver demanda, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial”* (estratégia 8.2).

Como SCS já alcançara mais de 93,5% de alfabetização na população jovem e adulta, o PME modifica a redação da Meta 9, propondo-se manter as taxas acima desse patamar até 215 e superar o analfabetismo até o final da vigência do Plano, bem como reduzir em 50% o analfabetismo funcional. Para isso, replica 11 das estratégias indicadas no PNE, omitindo a que menciona programa de transferência de renda e a criação de exames para aferir grau de alfabetismo.

O PME de SCS replica a Meta 10 do PNE - *“oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação*

profissional”. Exceção feita à estratégia 10.11 relacionada ao reconhecimento de saberes, o PME de SCS replica as estratégias da Meta 10 do PNE, com alguns ajustes de redação pelos quais chama para si diversas responsabilidades, inclusive a primazia no estabelecimento de diretrizes curriculares para a educação de pessoas privadas de liberdade. Pelas estratégias 10.1. - *Manter programa municipal de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica* – e 10. 2 - *Expandir, conforme a demanda municipal, as matrículas para o período diurno, na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do(a) trabalhador(a)* – a municipalidade se compromete com uma política de ampliação da EJA que a análise das estatísticas, contudo, não confirma.

Referências bibliográficas

Farias, Júlio Augusto da Fonseca Costa. *Ações participativas na elaboração e no monitoramento do Plano Municipal de Educação de São Caetano do Sul*. Juiz de Fora, UFJF, 2016 (Dissertação de Mestrado Profissional). Disponível em: repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6491